

# PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XLIII • Nº 448 • Brasília-DF • Setembro 2022

Partidos políticos, direitos indígenas e as eleições no Brasil

Páginas 8 e 9

Em momento histórico e simbólico, lideranças indígenas são convidadas a participar da posse da ministra Rosa Weber na presidência da Suprema Corte

Páginas 10 e 11

Ameaçado por invasores, o povo Karipuna, de recente contato, faz apelo por proteção a países e órgãos públicos na Capital Federal

Páginas 12 e 13



Manifestação indígena em Brasília, registro de 2021. Foto: Verônica Holanda/Cimi

## OFENSIVA ANTI-INDÍGENA

**"O que existe no Brasil é um derramamento de sangue"**

DENUNCIA JOVEM GUARANI KAIOWÁ NA ONU

Dias após a declaração: sete vidas indígenas foram perdidas em contexto de violência nos estados do Maranhão, Mato Grosso do Sul e Bahia. Em um período de dez dias, os assassinatos vitimaram indígenas dos povos Guajajara, Pataxó e Guarani Kaiowá e deixou outros dois jovens indígenas feridos. Em incidências na Capital Federal, povos originários cobram providências para proteção das comunidades e responsabilização dos agressores

Páginas 3, 4 e 5

# Metáforas explicam a antipolítica indigenista do governo brasileiro

Por **Roberto Liebgott**, coordenador do Cimi regional Cimi

**A** antipolítica indigenista do governo brasileiro foi planejada e executada por “uma criatura de cabeça bizarra, sobre um corpo de cinco pernas e patas cheias de garras afiadas”

A cabeça representa os pensamentos cruéis, o preconceito, a tirania e ela faz agir o corpo de cinco pernas, patas e garras nas ações repletas de maldades contra os povos indígenas e as comunidades quilombolas no Brasil.

As patas e suas garras são movidas conforme a função e os objetivos a serem alcançados nos caminhos percorridos por esse monstro.

A primeira perna é a da desumanização dos indígenas e quilombolas, considerados pelo monstro como sujeitos desvinculados dos direitos constitucionais. Eles são tratados como coisas, objetos ou bichos do mato, portanto, podem ser abatidos, caçados e eliminados. A desumanização autoriza a violência contra aqueles que não compõem o rol de pessoas brancas, produtivas, desenvolvidas e que buscam a lucratividade a partir dos bens da natureza e da terra. Indígenas e quilombolas representam o atraso, o passado, os penduricalhos que atrapalham o progresso.

A segunda perna é da desterritorialização, ela se move no sentido de liberar os territórios indígenas e quilombolas para os exploradores. Esta perna anda ao lado da desumanização, elas se complementam no processo de eliminação daqueles que são os originários filhos da Mãe Terra, buscam facilitar a invasão, ocupação e usufruto dos bens para a obtenção de lucro rápido, fácil e farto. Essa perna liberaliza os territórios, dá as garantias de que os invasores não serão importunados e nem criminalizados pela violência e pela exploração. Se matarem, não haverá punição porque trata-se daqueles seres desvestidos de humanidade, os selvagens.

A terceira perna é a que promove a execução da barbárie, trata-se da devastação/destruição, ela age no sentido de colocar em prática o que vem sendo planejado pelo monstro de cabeça coroada de chifres, que é a de

explorar de forma intensa e contínua os recursos da Mãe Terra, sem escrúpulos, sem medo, sem compaixão. A destruição é componente intrínseco do capital e precisa ser feita para que a lucratividade seja rápida e eficiente.

A quarta perna visa dar as garantias jurídicas de que tudo aquilo que foi planejado e executado pelas outras três pernas tenha validade e legitimidade: trata-se da perna, com sua pata e garras, da desconstituição dos direitos indígenas e quilombolas. Essa desconstituição é realizada através das medidas legislativas – PL191/2020, PL490/2007, PEC 215/200, administrativas – portarias, instruções normativas e recomendações da Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Ministério da Justiça, Presidência da República – e as teses jurídicas – marco temporal, condicionantes do caso Raposa Serra do Sol, que viabilizam os planos do monstro de cabeça coroada de chifres de legalizar a barbárie, o horror e a matança dos originários filhos da Mãe Terra.

A quinta perna executa o plano final, em relação aos povos indígenas e quilombolas, a integração ou assimilação forçada deles à sociedade nacional. Esta perna acompanha as outras em toda a trajetória e apresenta, como solução final, aos que subsistirem a ofensiva do monstro coroado de chifres, duas possibilidades, a humanização, tornando-se brancos e produtivos ou o extermínio. A perna da integração compõe o cenário final, denominado, genocídio.

Embora o coisa ruim esteja comandando as pernas que pisoteiam e matam há, de parte dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades e movimentos, lutas contínuas, resistências ao avanço do crime organizado no ambiente político, econômico, social, cultural, religioso. Os povos nos ensinam que há alternativas, que se pode construir caminhos de esperança, laços de solidariedade, de justiça e respeito aos modos de ser e viver e que não podemos e nem devemos baixar os olhos, calar a voz e paralisar nossos corpos por medo do monstro da destruição. Ele, como outros que já passaram, será combatido.

## Porantimadas

### Bancada do cocar

Candidaturas indígenas em 2022 aumentam 32% em relação ao pleito de 2018, aponta Inesc. Enquanto naquele ano 130 candidatos dessa população se dispuseram a disputar as eleições para os cargos do legislativo estadual e federal, o número de candidaturas indígenas em 2022 chegou a 172 nomes. A pesquisa do Instituto de Estudos Socioeconômicos, realizada em parceria com o coletivo de análises estatísticas Common Data, revelou que maioria dos candidatos indígenas que disputam cargos para deputado estadual, são de residentes da região Norte e - ao contrário das candidaturas de brancos - há um equilíbrio no número de homens e mulheres que pleiteiam as vagas. Das 172 candidaturas, 98 estão concentradas em partidos de esquerda com destaque para o PSOL (24) e para o PT (22). A maior parte dos indígenas candidatos é de professores (12% do total). Para a assessora política do Inesc Carmela Zigoni, a maior presença de indígenas nas candidaturas reflete o posicionamento defendido no evento que ficou conhecido como Acampamento Terra Livre, realizado em abril, cuja agenda tratou da necessidade de aldear a política e constituir bancadas do cocar. Tudo isso com o objetivo de evitar a barbárie nos seus territórios, operada pela mineração ilegal, além dos assassinatos de lideranças indígenas e de indigenistas como os ocorridos recentemente. (Informações do Inesc).

### Discurso que mata

Documentário “Mineração de ouro e violência na Floresta Amazônica” mostra como as falas de Bolsonaro incentivaram e autorizaram o avanço do garimpo ilegal na região amazônica, em especial no território Yanomami. Esta população vem sendo alvo, nos últimos anos, de diversos ataques. O projeto é uma iniciativa das entidades que compõem a Internacional Progressista, ação que vem denunciando a escalada da violência e do ecocídio na região amazônica. A socióloga e fundadora do canal Tese Onze, Sabrina Fernandes, é uma das organizadoras do documentário que mostra organizações criminosas durante a exploração do ouro de forma clandestina, com ameaças aos que reagem à presença dos invasores, trazendo uma série de problemas, como o extermínio da população indígena por meio de atos violentos e a contaminação do meio ambiente. (Informações do Brasil de Fato).

### Desmonte ambiental

Um despacho do presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Eduardo Bim, deve anular multas ambientais que podem chegar a R\$ 16,2 bilhões. A estimativa é do próprio instituto, que calculou o valor em resposta a uma LAI (Lei de Acesso à Informação) solicitada pelo UOL. Os processos vão de desmatamento e queimadas a transporte ilegal de madeira. Para a ex-presidente do instituto, “essa decisão é como um terremoto que desmonta todo o processo fiscalizatório”. “Joga todo o trabalho dos fiscais no lixo e estimula novas infrações”. O despacho de Bim não foi o único a afetar a aplicação de multas. Para o professor da PUC-SP e consultor jurídico do ISA (Instituto Socioambiental), Maurício Guetta, esse conjunto de medidas “é a extinção da política pública ambiental”. “São as chamadas boiadas, mudanças que não passam pelo Congresso e que buscam paralisar a fiscalização do Ibama”, diz o professor ao se referir à declaração de Ricardo Salles, que em reunião ministerial em 2020 defendeu mudar as leis ambientais enquanto o Brasil se preocupava com a pandemia. (Informações do UOL).

NÓS, OS  
FILHOS DA  
MÃE TERRA...



...NUNCA  
DESISTIREMOS  
DE COMBATER  
ESTE MONSTRO...



# Apesar de decisões judiciais favoráveis, povo Pataxó segue sofrendo ataques armados na Bahia

Presente em Brasília, delegação indígena tem se reunido com órgãos públicos e cobrado providências para proteção das comunidades e investigação dos agressores

Por **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

**A**o menos duas decisões judiciais recentes garantiram ao povo Pataxó o direito de permanecer em áreas retomadas dentro do perímetro já identificado e delimitado como parte da Terra Indígena (TI) Barra Velha do Monte Pascoal, no município de Porto Seguro, no extremo sul da Bahia. Apesar disso, os ataques de pistoleiros e grupos armados que os indígenas identificam como “milicianos” contra as comunidades Pataxó das TIs Barra Velha e Comexatibá, localizada no município de Prado, têm sido recorrentes.

O mais recente dos ataques armados contra o povo Pataxó ocorreu na aldeia Nova, na TI Barra Velha, no dia 12 de setembro, sem deixar feridos. No dia 6 de setembro, um ataque armado já havia aterrorizado a mesma aldeia, também sem registro de feridos.

No dia 3 de setembro, um ataque contra uma retomada da TI Comexatibá resultou no assassinato de Gustavo Silva da Conceição, Pataxó de apenas 14 anos, e deixou outro indígena, de 16 anos, ferido no braço. As duas terras indígenas são contíguas, separadas apenas por um “corredor” que é ocupado por fazendas.

Em razão dos contínuos ataques e ameaças, uma delegação de lideranças do povo Pataxó está presente em Brasília, realizando uma série de incidências e cobrando providências de órgãos públicos. No dia 13 de setembro, os Pataxó participaram de uma audiência com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), junto a outros povos que participam da mobilização na capital federal, e levaram suas denúncias à Sexta Câmara do Ministério Público Federal (MPF).

## Decisões judiciais

No dia 9 de junho, a juíza federal da subseção judiciária de Teixeira de Freitas (BA), Celia Regina Ody Bernardes, negou pedido liminar de reintegração de posse contra a aldeia Quero Vê, retomada estabelecida pelos Pataxó na TI Barra Velha em janeiro de 2022.

A TI Barra Velha possui uma área demarcada na década de 1980 com apenas 8,6 mil hectares, que deixou de fora a maior parte do território Pataxó. Por esta razão, em 2008, a Fundação Nacional do Índio (Funai) realizou o reestudo da área e, em 2014, como fruto dessa revisão, identificou e delimitou a TI Barra Velha do Monte Pascoal com 52,7 mil hectares.

## O ataque

“Às 5h25 da manhã, os tiros começaram. Foram quase dez minutos de tiros, muito tiro mesmo. Tinha muita cápsula de pistola, fuzil, calibre 12, calibres intactos e deflagrados, bombas de gás lacrimogêneo, que é coisa de polícia. Foi um trabalho profissional”, relata uma liderança da TI Comexatibá, não identificada por razões de segurança.

“É uma tristeza para nós. Um menino levou um tiro no braço, que saiu do outro lado, e não morreu. Mas o outro correu e levou um tiro na nuca, a uns cem metros de distância. É um serviço profissional, que parece miliciano mesmo”, lamenta o Pataxó.

Após o ataque, a Polícia Militar e a Polícia Civil foram até o local. Os policiais civis realizaram a perícia do local e recolheram diversas cápsulas – inclusive de armamentos cujo uso deveria ser exclusivo das Forças Armadas e da Polícia Militar, como é o caso das granadas de gás lacrimogêneo.

“Houve uma série de retomadas do povo Pataxó desde junho, e houve também um ataque armado



Lideranças indígenas Pataxó e de povos do Maranhão, de Minas Gerais e de Roraima denunciaram violência nos territórios durante reunião com CNDH, em Brasília



Em reunião com CNDH, lideranças do povo Pataxó pediram providências para proteção das comunidades nas TIs Barra Velha do Monte Pascoal e Comexatibá

Desde então, contudo, o processo demarcatório encontra-se paralisado. A falta de espaço para sobrevivência e reprodução de seu modo de vida tradicional, assim como o avanço de fazendeiros, posseiros e empreendimentos imobiliários sobre o território, motivaram uma série de retomadas do povo Pataxó, dentro do perímetro já identificado como parte de sua terra tradicionalmente ocupada.



Gustavo da Silva Conceição, indígena de 14 anos do povo Pataxó, assassinado na TI Comexatibá no dia 4 de setembro de 2022

dos fazendeiros que dizem possuir terras dentro dos territórios, com sinais de participação de policiais, devido à utilização de armamentos de uso exclusivo das Forças Armadas e da Polícia Militar”, explica Lethícia Reis, da assessoria jurídica do Conselho Indigenista Missionário – Cimi Regional Leste.

A decisão de junho garantiu aos Pataxó a permanência na área retomada em janeiro, explica Lethícia Reis, assessora jurídica do Conselho Indigenista Missionário – Cimi Regional Leste e advogada da comunidade indígena no processo.

“Essa decisão determina a manutenção da comunidade na aldeia Quero Vê, uma vez que ela faz parte, e isso está mais do que comprovado, da TI Barra Velha. Vai na linha de garantir os Pataxó na área, por entender que eles não podem ser responsabilizados pela demora na demarcação”, analisa a assessora.

Mais recentemente, no dia 8 de setembro, em audiência sobre outros quatro processos de reintegração de posse e interdito proibitório contra os Pataxó da TI Barra Velha, o juiz federal Pablo Baldívieso, da subseção judiciária de Eunápolis (BA), determinou a suspensão de processos contra os indígenas e garantiu sua permanência nas áreas retomadas pelos indígenas entre junho e agosto.

A base das decisões é a determinação do ministro Edson Fachin no âmbito do processo de repercussão geral sobre demarcação de terras indígenas, do qual é relator. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a tramitação dos processos que possam resultar em despejos ou em retrocesso nos direitos territoriais indígenas até que o processo seja julgado pela Suprema Corte.

“Na audiência, as próprias testemunhas dos fazendeiros disseram saber que lá era terra indígena. O juiz suspendeu os processos conforme a determinação do ministro Fachin, e garante que os Pataxó se mantenham nas áreas que eles ocuparam de junho para cá”, explica a advogada dos indígenas.

## Violência disseminada

As garantias obtidas por meio das decisões judiciais não têm sido suficientes para barrar os ataques contra as comunidades Pataxó do extremo sul da Bahia. As lideranças presentes em Brasília denunciaram a situação à Sexta Câmara do Ministério Público Federal (MPF) e ao CNDH, pedindo proteção às comunidades e lideranças ameaçadas.

“Nós estamos realmente acuados”, relata Mandy Pataxó, liderança da TI Comexatibá. “Não estamos tendo ninguém por nós lá, só nosso Deus e a esperança de nosso povo, que enviou a gente para cá para voltar com algo que

→ estanque a violência. Nós não temos fuzil, nem metralhadora, nem colete à prova de balas e nem dinheiro, como o que estão colocando contra nós. Somos formiguinhas”.

As lideranças relataram às autoridades que os ataques têm sido articulados e até antecipados em grupos de whatsapp locais, com atuação de políticos, policiais e fazendeiros. Foi o que ocorreu no dia do ataque na TI Comexatibá que resultou no assassinato de Gustavo da Silva Pataxó.

Os dois ataques mais recentes na TI Barra Velha foram contra a comunidade denominada “aldeia Nova” – que, apesar do nome, é uma aldeia já estabelecida há anos na área já identificada da terra indígena e que ainda aguarda o fim do processo de regularização.

“Essas decisões judiciais dão alguma segurança jurídica aos Pataxó, mas é importante dizer que violência já se espalhou pela região de tal forma que a aldeia que foi atacada nos dias 6 e 12 de setembro não faz parte do movimento de retomadas. Ela já é uma aldeia constituída há alguns anos, tem inclusive escola construída, escola funcionando, onde os indígenas foram se abrigar durante o tiroteio”, explica Lethicia Reis.

Vídeos gravados pelos indígenas durante o último ataque contra a aldeia Nova, no dia 12 de setembro, mostram famílias Pataxó correndo para se abrigar dos ataques na mata próxima à comunidade.

“Pedimos providência para que parem de matar e atacar nosso povo. Dia após dia estamos sendo parados pela força da bala, bala de fuzil. A gente não tem tido mais sossego para tomar uma decisão em busca da vida e da sobrevivência. Estamos sendo atacados 24 horas, as crianças estão jogando-se pelo mato, se arriscando em busca da vida”, relata o cacique Aldair Pataxó, liderança da TI Barra Velha.

“Estamos sendo caçados e atacados. Na nossa região, há muito interesse de empresas de fora, em função das matas e das águas que só existem porque nós protegemos. E essas empresas estão lá explorando plantios de monocultura dentro do território, de café, de mamão, de pimenta, de eucalipto. Essas empresas estão fazendo com que os ataques contra nossos povos aumentem”, avalia o cacique.

A liderança reforça os pedidos de proteção, mas pondera que a solução definitiva para o contexto de violência passa por um único caminho: “essa situação só será resolvida com a assinatura da carta declaratória desses territórios, tanto de Barra Velha quanto de Comexatibá”, reivindica.

### Providências para a proteção e segurança

Após reunião com as lideranças Pataxó, a coordenadora da Sexta Câmara do MPF, Eliana Torelly, garantiu que irá reforçar o pedido já feito ao Ministério da Justiça para que garanta o “reforço do efetivo especializado da Polícia Federal” na região do território Pataxó. A solicitação foi feita por meio de dois ofícios dirigidos ao ministro Anderson Torres – um deles no dia 29 de agosto e outro depois do assassinato de Gustavo Pataxó.

Após reunião com várias instituições no dia 6 de setembro, o CNDH solicitou à Procuradoria-Geral do Ministério Público Estadual (MPE) da Bahia que o órgão incidisse junto ao



Pré-sessão da Revisão Periódica Universal (RPU)

governo estadual para garantir a presença da Força Nacional na região, como forma de proteção às comunidades indígenas. O Conselho também recomendou que as ações sejam coordenadas com a participação da Polícia Federal.

“As pessoas ameaçadas e as próprias comunidades que estão com risco de vida neste momento precisam ter as garantias de proteção dos programas estadual e nacional de defensores e defensoras de direitos humanos. O Conselho oficiou e está cobrando medidas neste sentido, de garantia de que as comunidades não sejam atacadas”, explica o presidente do CNDH, Darci Frigo.

“Junto com os ofícios que fizemos ao Ministério Público, também denunciamos e solicitamos investigação da Polícia Militar, de dia atuando como força pública e em outros momentos atuando como milícia paramilitar, e se somando a essa ação miliciana que está acontecendo na região do sul da Bahia”, aponta Frigo.

Já como resultado das solicitações, a partir do dia 13 de setembro, uma Força Tarefa criada pela Secretaria de Segurança Pública do estado da Bahia, composta pelas polícias Militar, Civil e Técnica e com apoio da Polícia Rodoviária Federal (PRF), passou a atuar na região com a finalidade de impedir novos conflitos e identificar os responsáveis pela morte de Gustavo.



## “O que existe no Brasil é um derramamento de sangue”, denuncia jovem Guarani Kaiowá na ONU

Dias após a denúncia: sete vidas indígenas foram perdidas em contexto de violência nos estados do Maranhão, Mato Grosso do Sul e Bahia. Em um período de dez dias, os assassinatos vitimaram indígenas dos povos Guajajara, Pataxó e Guarani Kaiowá e deixou outros dois jovens indígenas de 16 e 14 anos feridos por disparos de arma de fogo

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Aos povos indígenas no Brasil, “o Estado é cego, surdo e mudo”, alertou Erileide Domingues, jovem liderança Guarani Kaiowá. A denúncia foi feita durante a pré-sessão da Revisão Periódica Universal (RPU), na manhã do dia 30 de agosto, em Genebra, na Suíça.

O evento, organizado pela URP Info no espaço da ONU, foi realizado de 29 de agosto a 2 de setembro com o objetivo de analisar a situação de direitos humanos no país e preparar a sessão que deve acontecer em novembro deste ano. O Estado brasileiro foi duramente criticado pelas organizações da sociedade civil durante o evento.

“Estão pulverizando o ódio. O que existe é um derramamento de sangue”, reforçou a jovem que representa a Aty Guasu, a Grande Assembleia dos povos Guarani e Kaiowá. “Os povos indígenas estão sofrendo há décadas, sendo massacrados e alvo de muita violência por falta de território. Disputamos o que é nosso com agronegócio, colocamos nossas vidas em risco”, denunciou.

### Mato Grosso do Sul, setembro de 2022

Dois jovens Guarani-Kaiowá tiveram suas vidas interrompidas muito cedo e de modo cruel: a Ariane Oliveira Canteiro, de 13 anos, assassinada, Cleiton Isnard Daniel, 15 anos, comete suicídio.

A jovem havia desaparecido no sábado, 3 de setembro e seu corpo foi encontrado oito dias depois, 11 de setembro, em uma propriedade próxima à reserva onde morava na aldeia Jaguapiru, uma das que formam a Reserva Indígena de Dourados (MS), após um mutirão de buscas feito por familiares, indígenas e policiais militares. Ela é neta do Nhan-deru (rezador) Getúlio Oliveira, membro da Aty Guasu – a Grande Assembleia Guarani e Kaiowá – e que tem sofrido com ameaças há pelo menos um ano. →

## Acirramento dos conflitos

Além da paralisação das demarcações, as TIs Barra Velha e Comexatibá também foram diretamente impactadas por medidas como a Instrução Normativa 09/2020, da Funai, que liberou a certificação de propriedades privadas sobre terras indígenas não homologadas.

Nos quatro primeiros meses após a publicação da medida, ocorrida em abril de 2020, levantamento do Cimi identificou que as duas TIs foram sobrepostas pelas certificações de 54 fazendas. A medida acentuou os conflitos.

“Começamos a fazer a autodemarcação do nosso território, que está todo degradado. Somos um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica aqui no sul da Bahia, no entorno do Monte Pascoal, e estão destruindo todas essas veias de floresta aqui nas margens do rio, com eucalipto, mineração, agropecuária extensiva, cafezais. Isso aumentou demais. O rio Cahy, que é nossa vida, não está dando conta de encher mais”, explica a liderança Pataxó não identificada.

Esse processo de autodemarcação reflete a preocupação dos indígenas com o território e a demora para

a conclusão do julgamento de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (STF), que definirá o futuro das demarcações de terras indígenas, avalia a assessora jurídica do Cimi Regional Leste.

“O povo Pataxó perdeu a paciência e a esperança de aguardar o Executivo concluir a demarcação e o Judiciário julgar o recurso extraordinário de repercussão geral, que dará segurança jurídica para o processo demarcatório. É nesse contexto que os Pataxó iniciaram o processo de autodemarcação destas duas terras indígenas”, analisa Lethicia.

Foto: Arquivo pessoal/ Divulgação



Vitorino Sanches liderança do tekoha Guapoy



Janildo Guajajara. Foto: Guardiões da Floresta



Jael Carlos Miranda Guajajara. Foto: Povo Guajajara

→ No mesmo dia em que o corpo de Ariane foi encontrado, o jovem Kaiowá, Cleiton, foi encontrado por familiares e teria cometido suicídio. Ambos foram sepultados no mesmo dia na aldeia Jaguapiru.

“As estatísticas históricas ligadas ao crime de Estado manifesto no ato de criação das Reservas Indígenas, no Mato Grosso do Sul, permitem dizer que até mesmo crimes atrozes como infelizmente temos testemunhado são situações anunciadas e que, sim, poderiam ser evitadas. Quem conhece pelo menos um pouco a realidade indígena sabe o que a futura geração significa aos povos. Para além da inversão perversa do rito, onde filhos deveriam enterrar pais e jamais o contrário, violações contra suas crianças e juventude ferem para além dos corações, a alma e o âmago de toda sua cultura”, destacou a coordenação do Cimi Regional Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul ainda testemunhou outro assassinato brutal em setembro de 2022, quando a liderança da aldeia de Amambai, Vitorino Sanches, de 60 anos, que se dirigia até seu veículo, no centro da cidade, foi atingido por vários disparos de arma de fogo e não resistiu. Segundo testemunhas, os suspeitos são, novamente, dois homens em um moto, mesmo cenário apontado em outras duas ocasiões em que foi alvo de emboscadas.

Morador da Reserva de Amambai, Vitorino já havia sobrevivido a uma emboscada semelhante. Outra liderança Kaiowá, Marcio Morreira já havia sido assassinado de forma similar, em outra emboscada. Márcio era liderança do tekoha Guapy que no dia 24 de junho, sofreu uma violenta e

ilegal ação de despejo praticada pela Polícia Militar (PM) do estado de Mato Grosso do Sul, que resultou no assassinato de Vitor Fernandes e deixou dezenas de feridos.

Na ocasião, a Aty Guasu – Grande Assembleia do povo Guarani e Kaiowá – se manifestou apontando preocupação e levantou suspeitas contra o ataque, uma vez que Vitorino, se tratando de liderança comunitária influente, apoiava abertamente a retomada de Guapoy, mantendo solidariedade para com as famílias da retomada, em especial após o massacre sofrido pelos Kaiowá em 24 de julho.

### Maranhão

No dia 3 de setembro, a barbárie contra os povos indígenas continuava pelo país, quando três indígenas do povo Guajajara, foram mortos no Maranhão. No município de Amarante (MA), Janildo Oliveira Guajajara foi assassinado com tiros nas costas. Esse mesmo episódio deixou um adolescente de 14 anos baleado.

Janildo Guajajara atuava desde 2018 junto aos Guardiões da Floresta, em aldeia próxima de uma estrada aberta por madeireiros e fechada pelos guardiões. Desde a criação do grupo de guardiões, em 2007, 32 ramais madeireiros foram fechados. “Desde então, ele e outros guardiões da região sofrem ameaças constantes e cada vez mais as ameaças se intensificam”, denunciam os indígenas.

No mesmo dia (3), no município de Arame (MA), Jael Carlos Miranda Guajajara, de 34 anos, também foi morto. Informações preliminares apontavam que a morte teria sido

por atropelamento, porém o povo Guajajara desconfia que se trata de outro assassinato. No entanto, apenas uma investigação esclarecerá o que levou à morte de Jael Guajajara.

No final de semana seguinte, na madrugada de domingo (11), Antônio Cafeteiro Sousa Silva Guajajara, da aldeia Lagoa Vermelha, foi assassinado com seis tiros na estrada que leva ao povoado Jiboia, também localizado no município de Arame, próximo ao limite da TI Arariboia.

Os casos, entretanto, evidenciam a escalada da violência que os indígenas no estado já vinham denunciando. Entre 2003 e 2021, a plataforma Caci, que sistematiza os casos registrados pelo relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, do Cimi, registrou 50 assassinatos de indígenas do povo Guajajara no Maranhão; destes, 21 eram indígenas da TI Arariboia.

Em 2007, preocupados com a enorme presença de madeireiros, caçadores e outros invasores, indígenas do povo Guajajara criaram o grupo de Guardiões da Floresta para realizar monitoramento territorial e coibir as ações ilegais no interior da TI. Desde então, seis guardiões já foram assassinados, em represália contra as ações em defesa do território.

“Por todos esses anos fizemos e continuaremos a fazer a proteção territorial mesmo sendo ameaçados e mortos. Somos contrários a violência que mata e destrói, por isso lutamos pela vida”, afirmam os Guardiões da Floresta em nota.

Com a impunidade nos casos de assassinatos contra indígenas no Maranhão, os indígenas têm questionado quais as ações de órgãos como a Polícia Federal, as Secretarias de Segurança Pública e Direitos Humanos e Participação Popular, juntamente com a Força Tarefa de Proteção à Vida Indígena (FT Vida), e as Delegacias Regionais de Arame e Amarante, estão sendo realizadas para coibir e punir os responsáveis por estes crimes.

### Bahia

No madrugada do dia 4 de setembro, domingo, Gustavo Silva da Conceição, indígena de 14 anos do povo Pataxó, foi assassinado durante um violento ataque contra uma retomada na TI Comexatibá, no extremo sul da Bahia. Além de Gustavo, outro indígena de 16 anos foi ferido no braço por um disparo de arma de fogo.

Os ataques de pistoleiros e grupos armados que os indígenas caracterizam como “milicianos” têm sido recorrentes contra as comunidades indígenas das TIs Barra Velha do Monte Pascoal e Comexatibá.

Os Pataxó aguardam a conclusão dos processos demarcatórios de ambas as terras há anos. Sem espaço suficiente para sua sobrevivência física e cultural, e vendo o avanço de fazendeiros e empresários sobre seu território, os indígenas iniciaram um movimento de retomadas das áreas que já foram reconhecidas como parte de sua terra de ocupação tradicional.

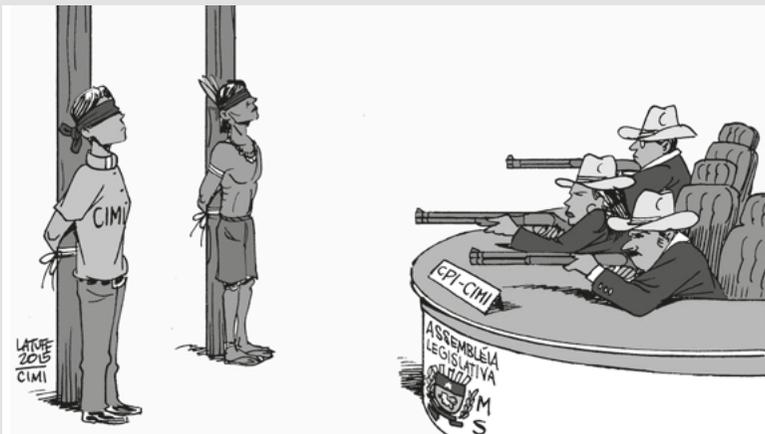
Apesar de decisões judiciais que garantem sua permanência nas áreas retomadas, os ataques continuam e atingem não só as novas aldeias, mas também comunidades já consolidadas há anos. Nos dias 6 e 12 de setembro, a aldeia Nova foi atacada por pistoleiros, sem deixar feridos. Os Pataxó cobram proteção às comunidades e lideranças ameaçadas e denunciam a participação de policiais militares nos ataques. ♦

## Justiça de Mato Grosso do Sul nega indenização a ruralistas por charge sobre CPI contra Cimi e indígenas

A Justiça Estadual de Mato Grosso do Sul julgou improcedente a ação dos deputados estaduais Mara Caseiro e Paulo Corrêa, ambos do PSDB/MS, que pedia danos morais por uma charge do cartunista Carlos Latuff. A charge foi publicada em 2015, no contexto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada e conduzida por parlamentares ruralistas com a finalidade de criminalizar os povos indígenas e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Entre setembro de 2015 e maio de 2016, a “CPI do Cimi” na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul foi palco de diversas acusações sem provas e agressões públicas contra lideranças indígenas, o Cimi, seus membros e colaboradores, que se repetiram ao longo de oito meses.

Em 2017, o relatório da CPI, por falta de provas, foi arquivado pelos Ministérios Públicos Estadual (MPE)



A charge de Carlos Latuff, publicada em outubro de 2015, que motivou o pedido de indenização dos parlamentares ruralistas, negado pela Justiça

e Federal (MPF). Em 2019 a Justiça Federal anulou o ato constitutivo de instalação da CPI, fazendo com que todos os trabalhos, documentos e materiais colhidos pela Comissão se tornasse invalidados.

A charge do cartunista Carlos Latuff foi publicada nas redes sociais no dia 21 de outubro de 2015, e faz uma crítica à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e à forma como a CPI estava sendo conduzida.

# A aposta no extermínio dos povos indígenas isolados para premiar os invasores de suas terras

Por **Equipe de Apoio aos Povos Livres (EAPIL)** do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Trecho do artigo publicado originalmente no Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, dados de 2021

A atrocidade dos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, no dia 5 de junho de 2022, no Vale do Javari, estado do Amazonas, na região fronteira Brasil-Peru-Colômbia, desnuda como as terras indígenas se transformaram em áreas inseguras, palcos de conflitos e de crimes socioambientais. Tais crimes e conflitos são abertamente estimulados pela política anti-indígena do governo federal, empenhado em desconstruir os sistemas de proteção com a intenção de promover o esbulho dos territórios indígenas.

Esse fato se reveste ainda de maior gravidade por ter sido praticado por uma organização criminosa que vinha agindo impunemente na Terra Indígena (TI) Vale do Javari, região com a maior concentração de povos indígenas livres ou isolados no mundo, e que, por isso, deveria estar com a vigilância redobrada, dado o risco de extermínio destes povos, cuja existência e segurança dependem exclusivamente da garantia de seus territórios. Não é demais lembrar que a criminalidade contra os recursos naturais desta terra, indispensáveis para a sobrevivência dos povos indígenas, há muitos anos vem sendo denunciadas pelas organizações representativas dos povos do Vale do Javari.

Os dados revelam que a maioria dos territórios com presença de povos isolados não está devidamente protegida e, mais do que isso, denunciam a omissão cúmplice do governo no combate às invasões e a expectativa do extermínio desses povos a curtíssimo prazo, evidenciada com a não renovação das Portarias de Restrição de Uso<sup>1</sup> das áreas com presença de indígenas isolados pela Fundação Nacional do Índio (Funai), ou a sua renovação por períodos curtos, de apenas seis meses. Por isso, não é exagero afirmar que está em curso o extermínio programado dos povos indígenas isolados no país, como a Equipe de apoio aos povos livres do Cimi (EAPIL) voltou a denunciar na 21ª sessão do Fórum Permanente das Nações Unidas (ONU) para as Questões Indígenas, em abril de 2022.

A omissão, ainda mais quando ela é ativa e planejada, faz com que a ocorrência de genocídios de grupos indígenas isolados não seja uma possibilidade remota, mas muito real, e coloca o governo federal no cenário de crimes anunciados, como cúmplice do que possa vir a acontecer. Está claro que a sua aposta é que os povos isolados desapareçam, que suas terras sejam entregues a seus algozes como recompensa, como tem ocorrido historicamente no país, e que os crimes fiquem impunes encobertos pela invisibilidade dos massacrados.

## Violação dos direitos territoriais dos povos indígenas isolados

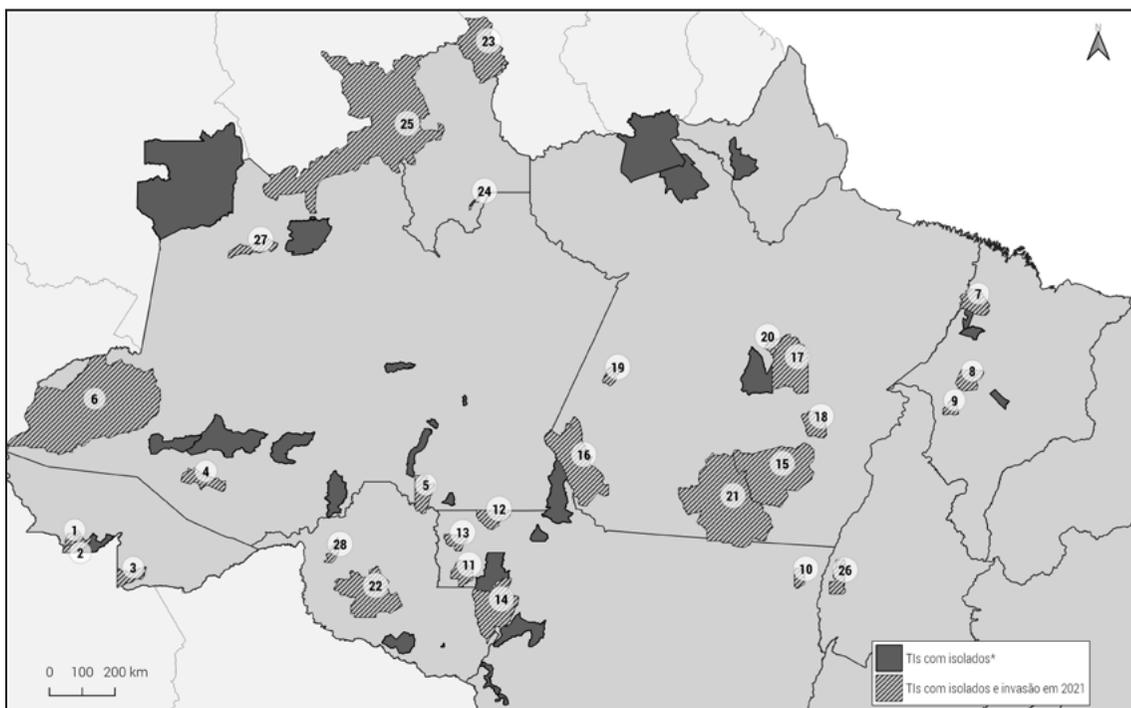
Em 2021, identificamos que 28 das 54 TIs com presença de povos isolados – segundo os registros do Cimi – tiveram casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio. Essas TIs concentram um total de 53 registros de povos indígenas isolados – quase metade do total de 117 registros de povos em isolamento voluntário existentes no Brasil, de acordo com a base da EAPIL.

Destas, 11 TIs foram afetadas por casos de garimpo ou mineração, pelo menos sete pela atuação de caçadores e pescadores ilegais, 12 pela ação ilegal de madeireiros e o mesmo número de TIs, 12, registraram casos de desmatamento. Os casos também incluem grilagem, incêndios, turismo, poluição de águas e rios, entre outros.

Além dos registros de povos livres ou isolados que se encontram em terras indígenas demarcadas, em processo de demarcação ou em áreas com portaria de restrição emitida pela Funai, o Cimi registra, ainda, a existência de pelo menos outros 37 povos em isolamento voluntário que vivem em áreas sem providência da Funai para sua proteção – e, portanto, ainda mais vulneráveis às ações de fazendeiros, grileiros e garimpeiros, entre outros.



Vestígio encontrado por equipe do Cimi no acesso à TI Jacareúba/Katawixi, em Lábrea, região onde novo grupo de isolados foi identificado pela Funai. Palha encostada num tronco indica o aviso dos isolados sobre sua presença na área



Núm.	Terra Indígena	Tipo de invasão/dano ao patrimônio registrado em 2021
1	Alto Tarauacá	Danos ao patrimônio; invasão
2	Kampa e Isolados do Rio Envira	Desmatamento; tráfico de drogas
3	Mamoadate	Desmatamento; danos ao meio ambiente
4	Inauni/Teuini	Caça e pesca ilegais; extração ilegal de madeira
5	Tenharim Mamelos	Extração ilegal de madeira
6	Vale do Javari	Caça e pesca ilegais; extração ilegal de madeira; garimpo
7	Alto Turiaçu	Danos ao meio ambiente; tráfico de drogas
8	Arariboia	Caça ilegal; desmatamento; extração ilegal de madeira; tráfico de drogas; invasão de fazendeiros
9	Krikati	Invasão possessória; extração ilegal de madeira; caça ilegal
10	Urubu Branco	Desmatamento; criação de gado; extração ilegal de madeira; turismo; pesca ilegal
11	Zoró	Extração ilegal de madeira
12	Kawahiva do Rio Pardo	Desmatamento
13	Piripkura (restrição de uso)	Invasão possessória; desmatamento
14	Parque do Aripuanã	Garimpo; extração ilegal de madeira
15	Kayapó	Garimpo; danos ao meio ambiente
16	Munduruku	Garimpo; danos ao meio ambiente; incêndio de casas
17	Trincheira/Bacaja	Garimpo; desmatamento; danos ao meio ambiente
18	Xikrin do Rio Catete	Mineração; poluição dos rios; danos ao meio ambiente
19	Sawré Muybu	Garimpo; poluição da água
20	Ituna/Itatá (restrição de uso)	Invasão possessória; grilagem; desmatamento; garimpo
21	Menkragnoti	Extração ilegal de madeira; danos ao meio ambiente
22	Uru-Eu-Wau-Wau	Desmatamento; grilagem; garimpo; extração ilegal de madeira
23	Raposa Serra do Sol	Garimpo; grilagem
24	Pirititi	Desmatamento; grilagem
25	Yanomami	Garimpo; danos ao meio ambiente; desmatamento; poluição da água
26	Ináwébohona	Incêndio; danos ao meio ambiente; uso de agrotóxicos
27	Uneiuxi	Garimpo; extração ilegal de madeira; pesca predatória
28	Karipuna	Desmatamento; grilagem; loteamento; caça e pesca ilegais; extração ilegal de madeira; queimadas

\*O mapa inclui apenas as TIs já identificadas e delimitadas ou interditadas com registro de isolados. Além dos povos em isolamento voluntário nestas áreas, a EAPIL mantém ainda outros 37 registros de isolados em áreas sem providência da Funai para proteção destes povos.  
Fonte: EAPIL/Cimi e relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil - dados de 2021  
Bases cartográficas: Funai, IBGE, Lageamb/UFPR  
Mapa: Equipe de Apoio aos Povos Indígenas Livres/Cimi

## A aposta governamental no extermínio dos povos indígenas isolados

As decisões de não expedir a Portaria de Restrição de Uso para a proteção dos “isolados do rio Mamoriá”, de não renovar a Portaria da TI Jacareúba-Katawixi e de Ituna-Itatá (esta só renovada em cumprimento de decisão judicial), assim como a renovação das outras Portarias por um período de apenas seis meses e sem adotar as demais medidas de proteção delas decorrentes, revelam que o governo pouco se importa e se omite intencionalmente, mesmo estando plenamente ciente de que esses povos podem ser dizimados por doenças e massacres e extintos em pouco tempo.

Os indígenas isolados, assim como os demais povos indígenas, e por extensão todos aqueles que se colocam como seus aliados na proteção e defesa de seus territórios e sua autonomia, são tidos pelo atual governo como inimigos; como tais, são considerados despossuídos de direitos e passíveis de violências e agressões, que a cada dia se tornam mais frequentes. Na visão torpe dos atuais governantes os indígenas não são merecedores de políticas que garantam os seus territórios e suas vidas. “Não são gente como nós!”. É o que pensam e não se constrangem em falar. Além disso, o que é imperdoável, os indígenas atrapalham os “negócios dos amigos do rei”: latifundiários, grileiros, depredadores e criminosos ambientais.

Se é melhor que morram os indígenas, para que Portarias de Restrição de Uso? Por que gastar recursos públicos para retirar os invasores e proteger suas terras? Por que fortalecer as FPEs da Funai e investir para que os indígenas isolados tenham um ambiente seguro e saudável para viver? Para que reconhecer a existência desses povos se eles podem ser exterminados impunemente devido a sua invisibilidade produzida pelo não reconhecimento de suas presenças evidenciadas em vestígios e avistamentos?

Fazendo uma avaliação da situação de ameaça e riscos que em 2021 atingiram – e continuam a atingir – os povos isolados e do abandono pelo governo das suas responsabilidades na defesa desses povos e na proteção dos seus territórios, somado a medidas administrativas e projetos de leis que incentivam as invasões de terras públicas, não resta dúvida que está em curso no Brasil uma conspiração contra a vida desses povos, um genocídio programado, com cobertura oficial. A estratégia do governo federal e de seus aliados nos governos estaduais e municipais é expropriar os povos isolados de suas terras e como prêmio destiná-las aos “conquistadores”, aos novos colonizadores, aos “empreendedores” do agronegócio, do garimpo e da mineração, da grilagem de terra e da derrubada da floresta, repetindo nos dias atuais, com violência extrema, o que aconteceu no passado e continua a acontecer no país.

A portaria de restrição de uso limita o ingresso de terceiros nas áreas interditadas devido à presença de indígenas em isolamento voluntário e veda a realização de atividades econômicas ou comerciais no local. Foi concebida como um instrumento transitório, que precisa ser renovado periodicamente.

# “Índio do Buraco”, exemplo de Resistência

A Terra Indígena Tanaru deve ser demarcada, em memória à luta dos povos isolados; permitir sua apropriação privada é validar o genocídio como estratégia de expropriação territorial

Por **Equipe de Apoio aos Povos Livres (EAPIL)**  
 do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

O “Índio Tanaru”, ou “Índio do buraco” - último sobrevivente do massacre de seu povo -, foi encontrado morto no dia 24 de agosto pelos funcionários da Funai na Terra Indígena (TI) Tanaru, na região do rio Corumbiara, em Rondônia. Mais uma cultura milenar desaparece sem termos conhecimento, pelo genocídio produzido pelos fazendeiros e madeireiros no final do século passado.

Em 1986, diversos relatos sobre massacres de isolados em Rondônia, sem contato com a nossa sociedade, começaram a se espalhar. Os assassinatos teriam começado com a grilagem de terras públicas e com as concessões de terras a fazendeiros na época do regime militar. Soma-se a isso a construção da estrada do sul do estado, ainda durante os anos 1970. Assassinatos que continuaram nas décadas seguintes.

Preferia sua terra mãe, sua mãe natureza, escondia-se em buraco dentro de sua oca, como útero da mãe terra, local de abrigo confiável para seu descanso, espaço de segurança e amparo. O seu corpo foi encontrado pela equipe da Funai em seu barraco, deitado na rede, já sem vida. Ele vivia sozinho no seu território depois do massacre dos membros de seu povo que foram assassinados no final do século passado, eilhado de outros povos indígenas igualmente aniquilados. Desde então era monitorado pela equipe da Funai.

A morte do “Índio do Buraco” e o desaparecimento de sua cultura milenar ocorreram sem que a sociedade brasileira tivesse sido capaz de lhe dar dignidade de vida. Nesses mais de 25 anos, viveu se esquivando das violências, pois preferia as árvores, os insetos, as aves e os animais, todos, ao “homem branco” ganancioso, covarde, genocida. A sua morte é mostra cabal que o genocídio programado dos povos indígenas continua em curso com toda a sua força e virulência.

O “Índio do Buraco”, a quem preferimos chamar de indígena Tanaru, morreu, assim como o seu povo foi dizimado há mais de 25 anos. Mas a sua resistência deve ser lembrada e perpetuada como símbolo da resistência de todos os povos que, na defesa da autonomia, adotam a estratégia do isolamento voluntário.

Por fim, o que fazer com o corpo do “Índio do Buraco”? Afirmamos que o único destino digno para o seu corpo é a sua terra, é permitir que seja enterrado e que finalmente descanse em paz na TI Tanaru.

E, o que fazer com a TI Tanaru, agora que o último indígena morreu?

Demarcar este território é agora um dever do Estado, em reconhecimento pela resistência do indígena que, em si, simboliza a resistência de todos os povos isolados. Como Terra Indígena é uma categoria de Área Protegida, o reconhecimento merecido à resistência desse indígena anônimo, de um povo desconhecido, símbolo da resistência de todos os povos em isolamento voluntário, é necessário alterar a categoria de

Reprodução/Corumbiara (2009) – Vincent Carelli



Terra Indígena para Terra Memorial Indígena Permanente, ou alguma denominação equivalente, até mesmo com a criação de uma nova categoria para área protegida.

Os órgãos responsáveis pela proteção dos territórios não podem permitir que a TI Tanaru seja invadida e depredada por não indígenas, sejam empresários ou não. Se isso acontecer, será validado o genocídio como estratégia de expropriação dos territórios indígenas. A liberação do território seria a validação do genocídio como estratégia de expropriação dos territórios indígenas, permitindo, mais uma vez, que a tragédia do extermínio seja utilizada pelos inimigos dos povos indígenas como estratégia para a depredação de territórios originários de povos indígenas.

Estas terras, pela preservação do meio ambiente e de formas diversas de vida, de cultura e de organização social, são áreas de interesse para manter a condição de vida sustentável não apenas para os povos que nelas vivem, mas também para a sociedade brasileira e para toda a Humanidade.

O índio Tanaru morreu na dignidade da sua existência vivida em anos de isolamento, mas a memória do “povo Tanaru” permanecerá como exemplo de luta dos povos indígenas pela possibilidade de existência livre. Não podemos aceitar que os promotores do genocídio deste povo sejam beneficiados com a apropriação do território sagrado do “povo Tanaru”.

A história do Brasil nos mostra que quem derruba o pau é dono do toco, também quem “limpa” o território matando seu povo originário ganha de presente do Estado brasileiro este território banhado de sangue. Não vamos aceitar que isso aconteça. Este território chamado de Terra Indígena Tanaru deve ser demarcado como símbolo de resistência e luta deste grande guerreiro.

O Cimi solidariza-se com os povos indígenas livres que resistem no Brasil e conclama às autoridades para que garantam a preservação deste território e da memória do guerreiro Tanaru. ♦

adm.porantim@cimi.org.br

Whatsapp (61) 9 9628-4565

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: **R\$ 130**

Ass. dois anos: **R\$ 190**

América Latina: **US\$ 55**

Outros países: **US\$ 90**

Assinatura de apoio: **R\$ 170**

Com ela você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

Assine o  
**PORANTIM**  
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5

PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail, correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul

Brasília-DF – CEP: 70.393-902



# Partidos políticos, direitos indígenas e as eleições no Brasil

Análise evidencia posição dos partidos sobre direitos indígenas entre 2012 e 2021. Na Câmara dos Deputados, 16 partidos votaram total ou majoritariamente contra povos originários

Por **Cleber Cezar Buzatto**, do Cimi Regional Sul  
Publicado originalmente no *Le Monde Diplomatique Brasil*

Foto: Hellen Loures/Cimi

Aproximam-se, a passos largos, as eleições gerais no Brasil. Marcado para o próximo dia 2 de outubro, o pleito tem importância fundamental para a democracia e toda a população brasileira. A expectativa e envolvimento no processo eleitoral em curso é muito grande também entre os povos indígenas de nosso país. Mesmo cientes de que as “eleições” não resolverão, automaticamente, todos os seus problemas e que nada substituirá a necessidade de continuarem implementando, organicamente, as lutas e incidências diretas e as mobilizações massivas nos territórios e nas ruas para fazer valer seus direitos, os povos originários sabem a diferença que faz ter um aliado ou um inimigo nos postos de comando e tomada de decisão nos Poderes Executivo e Legislativo do Estado brasileiro.

Em meio à corrida eleitoral, porém, nem sempre é fácil distinguir quem é ou poderá ser um aliado da causa indígena daqueles que são ou poderão ser seus inimigos caso eleitos. Neste contexto, a busca por critérios objetivos que orientem a decisão em quem votar mostra-se necessária e urgente.

Em artigo publicado recentemente, defendemos os pressupostos segundo os quais não existe um partido político ideal, ao mesmo tempo em que não se deve equiparar os partidos ou menosprezar sua importância estratégica no campo da luta institucional político partidária eleitoral. Consideramos que tais pressupostos devem ser devidamente valorizados, tanto no momento de decidir por qual partido se candidatar numa disputa eleitoral, quanto sobre em quem votar. Neste sentido, seria de grande valia o estudo sobre o espectro ideológico, os interesses econômicos defendidos e os sujeitos políticos protagonistas em cada um dos partidos políticos existentes oficialmente no Brasil. Pela complexidade desta tarefa, não é viável cumpri-la a curto prazo.

Sendo assim, a fim de oferecer um critério objetivo que possa servir de referência para a tomada de decisão, “na hora do voto”, por parte de eleitores indígenas, aliados, parceiros e simpatizantes da causa indígena no Brasil, recorremos a um recorte histórico de votações de partidos políticos em questões relativas a direitos indígenas na Câmara dos Deputados ao longo da última década.

Para tanto, tomamos como referência cinco votações relativas às Propostas de Emenda Constitucionais (PEC) 215/00 e 187/16, ao Projeto de Lei (PL) 490/07 e à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai/Incrá, que ocorreram



Acampamento Terra Livre (ATL) 2022

Em meio à corrida eleitoral, porém, nem sempre é fácil distinguir quem é ou poderá ser um aliado da causa indígena daqueles que são ou poderão ser seus inimigos caso eleitos. Neste contexto, a busca por critérios objetivos que orientem a decisão em quem votar mostra-se necessária e urgente.

na Câmara dos Deputados no período compreendido entre os anos 2012 e 2021<sup>[1]</sup>. Cumpre observar que todas as iniciativas legislativas em questão são oriundas de setores antagônicos aos povos indígenas e têm ou tiveram como finalidade a desconstituição dos direitos destes povos.

Dentre outros elementos, sinteticamente, a PEC 215/00 introduz a tese do marco temporal no corpo da Constituição brasileira, restringindo o direito dos povos somente àquelas terras em que os mesmos estivessem na posse física em 5 de outubro de 1988, além de impor uma série de dispositivos legais que dificultam os procedimentos de demarcação de terras



**Cleber César Buzatto** é licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nsra. da Imaculada Conceição (FAFINC), especialista em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás (UFG), graduando em Direito, ex-secretário executivo e adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e membro da Equipe Florianópolis do Cimi Regional Sul.

indígenas. A PEC 215/00 está pronta para a pauta do plenário da Câmara dos Deputados.

A PEC 187/16 parte de pressupostos preconceituosos e equivocados segundo os quais os povos indígenas não estariam autorizados a praticar atividades econômicas, exercer os atos necessários à administração de seus bens e comercializar as suas produções, o que já é garantido pela Constituição brasileira de forma ampla e, na prática, limita esses direitos apenas às atividades agropecuárias e florestais.

O PL 490/07 prevê uma série de modificações nos direitos territoriais garantidos aos povos indígenas, inviabilizando a demarcação de terras indígenas e abrindo as terras demarcadas para exploração externa por meio dos mais variados empreendimentos econômicos, como agronegócio, mineração e construção de hidrelétricas. O PL 490/07 está pronto para a pauta do plenário da Câmara dos Deputados. Por meio da CPI da Funai/Incrá, a bancada ruralista buscou criminalizar lideranças indígenas, antropólogos, apoiadores dos povos e deslegitimar os procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas, titulação de quilombolas e desapropriação de áreas para reforma agrária.

Nas cinco votações analisadas, foi computado um total de 194 votos. Destes, apenas 46 votos, correspondentes a 23,7% do total, foram favoráveis aos povos indígenas e seus direitos. A imensa maioria, a saber, 148 votos, o que corresponde a 76,3% do total, foram contrários aos povos e seus direitos.

Ao analisarmos estes dados com base no critério partidário a que cada parlamentar votante estava filiado, constatamos que 16 partidos votaram totalmente ou na sua maior parte contra os povos indígenas e seus direitos.

Destes, dez partidos tiveram 100% dos votos contrários aos povos, sendo eles o União Brasil (número 44), formado pela junção do DEM (25) e do PSL (17), com 28 votos; o MDB (15), que substituiu o PMDB (15), com 24 votos; o Podemos (19), antigo PHS (31), com quatro votos; o PSC (20), também com quatro votos; o Republicanos (10), com três votos; o PTB (14), o Solidariedade (77), o Novo (30) e o Avante (70), antigo PTdoB, com dois votos cada; e o Patriota (51), com um voto.

Outros três partidos tiveram 94% dos seus votos contrários aos direitos indígenas,

sendo este o caso do PL (22), antigo PR, com 18 votos, do PP (11), com 17 votos, e do PSD (55), com 17 votos. Além disso, o PSDB (45) depositou 88,2% dos seus 17 votos contra os povos. Tanto o Cidadania (23), antigo PPS, quanto o PROS (90) votaram contra os povos indígenas em dois de seus três votos.

Por outro lado, seis partidos posicionaram-se totalmente ou na sua maior parte a favor dos povos indígenas. Destes, quatro partidos votaram 100% favoráveis aos direitos indígenas, sendo este o caso do PT (13), com seus 18 votos, do PSOL (50), com dois votos, e do PCdoB (65) e da Rede (18), com um voto cada. O PSB (40) depositou 75% dos seus 12 votos a favor dos povos e o PDT (12) apoiou os direitos indígenas em 66,7% dos seus 11 votos.

Por fim, o PV dividiu ao meio seus dois votos, ficando com a marca de 50% favorável e outros 50% contrário aos povos indígenas.

Como fica demonstrado, a maioria dos partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados adotou postura contrária aos direitos indígenas ao longo da última década. Ao comprovar a ampla hegemonia dos setores antagônicos aos povos originários, os dados analisados demonstram a importância estratégica da luta institucional político-partidária e eleitoral para os povos originários e seus aliados em nosso país. Ao mesmo tempo, os dados apontam a existência de um bloco de partidos com os quais os povos puderam contar para a defesa de seus direitos.

Por isso, mesmo considerando que não existe um partido político ideal, fica demonstrado que a escolha do partido político ao candidatar-se ou “na hora do voto” é sim de fundamental importância. Esperamos que os dados apontados possam servir para uma melhor assertividade nestas escolhas.

[\*] Votação do Parecer do Relator pela aprovação da PEC 215/2000 na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) no dia 21/03/2012; Votação do Parecer do relator pela aprovação da PEC 215/2000 na Comissão Especial da mesma em 27/10/2015; Votação sobre o item 9 do Relatório da CPI da Funai/Incrá, objeto do Destaque n. 2, no dia 30/05/2017; Votação do Parecer do relator pela aprovação da PEC 187/2016, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), no dia 27/08/2019; e votação do Parecer do relator pela aprovação do PL 490/2007, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), no dia 23/06/2021.

## Posição dos partidos em votações sobre direitos indígenas na Câmara dos Deputados entre 2012 e 2021

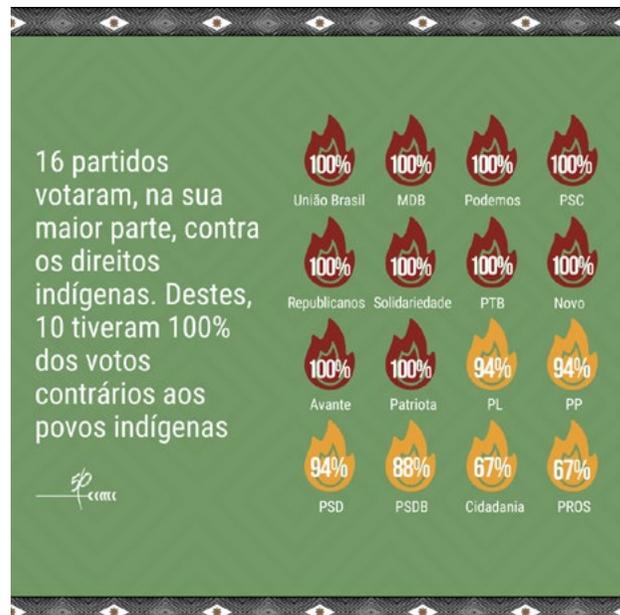
Análise da posição dos partidos da Câmara em cinco votações decisivas sobre os direitos dos povos originários na última década

Pesquisar na tabela

Partido Político	Votos contra os povos indígenas	Votos a favor dos povos indígenas	Total	% contra os povos indígenas	% a favor dos povos indígenas
Novo (30)	2	0	2	100%	0%
Patriota (51)	1	0	1	100%	0%
PCdoB (65)	0	1	1	0%	100%
PDT (12)	4	7	11	36%	64%
PHS/Podemos (19)	4	0	4	100%	0%
PMDB/MDB (15)	24	0	24	100%	0%
PP (11)	16	1	17	94%	6%
PPS/Cidadania (23)	2	1	3	67%	33%
PR/PL (22)	17	1	18	94%	6%
PROS (90)	2	1	3	67%	33%
PSB (40)	3	9	12	25%	75%
PSC (20)	4	0	4	100%	0%
PSD (55)	16	1	17	94%	6%
PSDB (45)	15	2	17	88%	12%
PSOL (50)	0	2	2	0%	100%
PT (13)	0	18	18	0%	100%
PTB (14)	2	0	2	100%	0%
PTdoB/Avante (70)	2	0	2	100%	0%
PV (43)	1	1	2	50%	50%
REDE (18)	0	1	1	0%	100%
Republicanos (10)	3	0	3	100%	0%
Solidariedade (77)	2	0	2	100%	0%
União Brasil (44) - DEM (25) e PSL (17)	28	0	28	100%	0%
<b>TOTAL</b>	<b>148</b>	<b>46</b>	<b>194</b>	<b>76%</b>	<b>24%</b>

Foram analisadas a votação do parecer do relator pela aprovação da PEC 215/2000 na CCJC, no dia 21/03/2012; votação do parecer do relator pela aprovação da PEC 215/2000 na Comissão Especial da mesma em 27/10/2015; votação sobre o item 9 do Relatório da CPI da Funai/Incrá, objeto do Destaque nº 2, no dia 30/05/2017; votação do Parecer do relator pela aprovação da PEC 187/2016, na CCJC, no dia 27/08/2019; e votação do Parecer do relator pela aprovação do PL 490/2007, na CCJC, no dia 23/06/2021.

Fonte: Cleber César Buzatto / Cimi - Criado com Datawrapper



# Luta e mobilização pelo fim da violência e assassinatos nos territórios

Em audiências, reuniões, marcha e coletiva de imprensa na capital federal, indígenas de diversos povos e regiões cobraram demarcação e proteção de suas terras e comunidades após sete mortes ocorridas em contexto violento na primeira quinzena de setembro

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Setembro de 2022 começou com um aumento gritante nos casos de violência contra os povos originários em seus territórios, em várias partes do Brasil, que refletiu diretamente na agenda de mobilização indígena em Brasília (DF).

Em um período de dez dias, sete vidas indígenas foram perdidas em contexto de violência nos estados do Maranhão, Mato Grosso do Sul e Bahia. Os assassinatos vitimaram indígenas dos povos Guajajara, Pataxó e Guarani Kaiowá. Além disso, dois jovens indígenas, de 16 e 14 anos, foram feridos por disparos de arma de fogo na Bahia e no Maranhão, respectivamente. Em resposta aos ataques, entre os dias 12 e 16 de setembro, cerca de 120 indígenas de diversos povos e regiões realizaram manifestações e participaram de uma série de reuniões e audiências para denunciar a violência contra suas comunidades e, também, para cobrar a garantia e a proteção de seus direitos.

Participaram da mobilização lideranças dos povos Apãnjekra Canela, Memortumré Canela, Akroá Gamella, Tremembé do Engenho e Kari'u Kariri, do Maranhão, Macuxi, de Roraima, Pataxó, da Bahia, e Xakriabá, de Minas Gerais.

No dia 15 de setembro, os indígenas fizeram uma marcha pela Esplanada dos Ministérios e foram até o Ministério da Justiça, em frente ao qual realizaram uma coletiva de imprensa, onde denunciaram as sete mortes de indígenas ocorridas em contexto violento apenas na primeira quinzena de setembro.

“A gente veio aqui reivindicar e cobrar os órgãos competentes pela defesa do nosso território e dos nossos direitos”, afirmou Carlinhos Xakriabá, liderança indígena de Minas Gerais, durante a coletiva de imprensa em frente ao Ministério da Justiça.

“O julgamento de repercussão geral do marco temporal é algo que a gente tem a necessidade de ser resolvido o mais rápido possível, porque a tese do marco temporal é inconstitucional. Está em jogo a vida de todos os povos indígenas do Brasil”, reivindicou o Xakriabá.

## Violência nos territórios

Entre as diversas atividades realizadas em Brasília nesta semana, lideranças indígenas participaram de audiências com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e com a Sexta Câmara do Ministério Público Federal (MPF), cobrando apoio para que as autoridades públicas garantam a conclusão de demarcações de terras e a proteção de comunidades, lideranças e povos ameaçados em seus territórios.

“A terra está pedindo socorro. Estamos gritando para a sociedade que precisamos de ajuda. Onde está o Estado, que deveria nos proteger? Onde está a Funai, que deveria nos proteger? Por que nossas crianças e nossas mulheres estão morrendo? Nosso povo está chorando e ninguém faz nada”, denunciou a jovem Sheila Xakriabá, durante a audiência com o CNDH.

O Conselho comprometeu-se a viabilizar a inclusão de lideranças em programas de proteção e a coordenadora da Sexta Câmara, Eliana Torelly, garantiu às lideranças Pataxó que irá reforçar a incidência junto ao ministro da Justiça, Anderson Torres, para que garanta a presença da Força Nacional e da Polícia Federal nos territórios do extremo sul da Bahia.

As providências são voltadas especialmente às TIs Barra Velha do Monte Pascoal e Comexatibá, onde Gustavo Pataxó, de apenas 14 anos, foi assassinado no dia 4 de setembro. Em ambas as terras, os ataques de pistoleiros têm sido recorrentes – um deles, o segundo em menos



Em Brasília, indígenas marcharam pela Esplanada dos Ministérios e cobraram demarcação, justiça e proteção de suas comunidades, lideranças e territórios

de uma semana na comunidade conhecida como aldeia Nova, ocorreu quando a delegação indígena já estava em Brasília, no dia 12.

“Os fazendeiros e pistoleiros estão atacando nosso povo diariamente, como aconteceu no território Comexatibá, onde foi atacado e assassinaram Gustavo Pataxó. Assim também no território Barra Velha”, denunciou o líder Suruí Pataxó durante a coletiva de imprensa do dia 15.

“Estamos aqui fazendo um enfrentamento para lutar por nosso direito, pois não queremos ver nossas crianças, nossos anciões e nossas lideranças ameaçados de morte dentro do nosso próprio território”, afirma Suruí. “Não queremos ver nosso povo morrendo mais na mão de grileiro, fazendeiro e muito menos de pistoleiros. Pedimos justiça e respeito, em nome do povo Pataxó e de todos os povos indígenas, para nossas crianças que estão morrendo”.

Além de Gustavo Pataxó, os assassinatos das últimas duas semanas vitimaram três indígenas do povo Guajajara, no Maranhão, e dois Guarani Kaiowá – além de outro adolescente deste povo, de 15 anos, que cometeu suicídio em meio ao contexto de violência e desesperança da Reserva Indígena de Dourados.

A violência atinge também muitos outros povos, vulneráveis pela demora para a demarcação de suas terras, em alguns casos, ou pelo desmonte dos órgãos e mecanismos de fiscalização e proteção territorial, como é o caso dos Guajajara.

“Era para nossas crianças estarem enterrando o nosso povo, e nós, velhos, é que estamos entregando nossas crianças”, lamenta Pjhcre Akroá Gamella. “A gente só quer pedir justiça, que a justiça seja feita. A gente pede de coração, porque chega de sangue. O povo está pedindo socorro”.

“Ninguém, neste momento, queria estar aqui. Queríamos estar na nossa aldeia, estudando, pescando, trabalhando, cultivando e cuidando do nosso território. Mas estamos aqui”, afirmou na coletiva Edinho Macuxi, coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

“Nosso povo está sendo assassinado, nosso território está sendo invadido, nossa água está sendo contaminada, nosso solo está sendo envenenado. Vamos continuar na luta, os povos indígenas não vão abrir mão dos direitos

que nós temos, do direito aos territórios, de nossa liberdade, de nossa dignidade”, garantiu.

“Temos direitos, e esses direitos têm que ser zelados e respeitados. Estamos aqui cobrando os três poderes, que precisam respeitar a Constituição, principalmente os direitos dos povos indígenas, que é um direito originário, é um direito sagrado”, reivindicou o coordenador do CIR.

Durante a semana de incidência na capital federal, as lideranças também fizeram reivindicações e protocolaram documentos junto a órgãos como a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Defensoria Pública da União (DPU), entre outros, além de uma audiência na Comissão de Meio Ambiente do Senado.

“Temos direitos, e esses direitos têm que ser zelados e respeitados. Estamos aqui cobrando os três poderes, que precisam respeitar a Constituição, principalmente os direitos dos povos indígenas, que é um direito originário, é um direito sagrado”, resume Edinho Macuxi.

## Relatório

As lideranças também participaram da apresentação do relatório “Violência contra os povos indígenas: dados de 2021”, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), no auditório do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Brasília (UnB). O evento foi organizado por O Direito Achado na Rua, pelo Observatório dos Direitos e Políticas Indigenistas (Obind), pelo Grupo de Pesquisas em Direitos Étnicos da UnB – Moitará e pelo Cimi.

Em 2021, 176 indígenas foram assassinados no país, segundo o relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Os casos de conflitos por direitos territoriais e de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio bateram recorde de registros neste ano.

O relatório com os dados de 2021 foi lançado em agosto e está disponível, na íntegra, no site do Cimi.

# Lideranças indígenas são convidadas a participar da posse da ministra Rosa Weber na presidência da Suprema Corte

Para os indígenas, o convite demonstra que o STF está aberto à causa indígena e dá esperança de que os direitos constitucionais dos povos sejam enfim garantidos conforme prevê a Carta Magna

No dia 12 de setembro, três lideranças indígenas participaram da posse da ministra Rosa Weber na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF). Por meio de seu gabinete, a ministra convidou para a cerimônia de posse as lideranças Alenir Aquines Ximenes, Guarani Kaiowá da Terra Indígena (TI) Nhanderu Marangatu (MS), Neusa Kunhã Takua, Guarani Nhandeva, vice-cacique da TI Tekoha Jehy, em Paraty (RJ), e David Popygua, Guarani Mbya da TI Jaraguá, em São Paulo.

As lideranças aproveitaram a ocasião para pedir à ministra que o STF proteja os direitos constitucionais indígenas e conclua o quanto antes o julgamento de repercussão geral, suspenso desde setembro de 2021 após pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes. O caso pode servir para enterrar definitivamente a tese ruralista do chamado “marco temporal” e garantir paz aos povos indígenas em seus territórios.

A paralisação das demarcações de terras indígenas e o desmonte dos mecanismos de fiscalização e proteção territorial, determinados pelo governo federal, têm acirrado conflitos e motivado ações violentas contra os povos.

“Quanto mais se atrasa o julgamento da tese do marco temporal e sua devida extinção no plano jurídico brasileiro, maior violência ocorre nos nossos territórios”, afirmam os povos presentes em Brasília em documento enviado aos ministros da Suprema Corte.

Os indígenas pedem, por isso, “o rápido julgamento” do caso, “com vistas ao apoio à tese do indigenato e total rechaço ao marco temporal. A partir de então, poderemos ter alguma paz em nossos territórios, com as nossas famílias e nossas crianças”.

Em reunião com as lideranças indígenas, a nova presidente da Suprema Corte garantiu que irá colocar o processo em pauta na sua gestão, mas que ainda estuda uma data para que o tema seja analisado pelo colegiado.

A Guarani Kaiowá Alenir Aquines Ximenes, liderança da Terra Indígena (TI) Nhanderu Marangatu, no Mato Grosso do Sul, considera que a presença indígena na cerimônia é um “momento histórico”.

“Estou aqui representando o Mato Grosso do Sul na posse da Rosa Weber. É muito importante para nós o STF, pois ali está a base para cumprirmos nossos direitos e derrubar o marco temporal. Neste momento, é muito importante a entrada dela e a nossa presença, porque é um momento histórico”, afirma Alenir.

Neusa Kunhã Takua, vice-cacique da TI Tekoha Jehy (Rio Pequeno), em Paraty (RJ), afirma que o momento representa também a esperança de que os direitos constitucionais indígenas sejam garantidos.

“É uma honra poder estar aqui representando a população indígena, é a primeira vez da população indígena dentro dessa cerimônia. É muito importante, e a gente vem com essa esperança, de que nossas leis sejam de fato respeitadas, nossa Constituição Federal”, avalia a liderança Guarani Nhandeva.

Para David Popygua, cacique da aldeia Tekoá Itu, na TI Jaraguá, em São Paulo, a participação das lideranças indígenas na solenidade é ainda mais significativa no atual contexto político do Brasil, em que os direitos dos povos originários vêm sendo duramente atacados por projetos legislativos que tramitam no Congresso Nacional e por medidas do governo federal.

“Estamos muito felizes com esse convite para participar deste momento tão importante para o Brasil, e estamos aqui



Arquivo Cimi

esteve representada num discurso de posse e muito menos em um convite de participação dessas coletividades a uma solenidade como essa”, prossegue.

O convite às lideranças para a cerimônia sinaliza, por isso, um aceno e uma abertura aos povos e sua luta pela garantia dos direitos que já foram reconhecidos pela Constituição – como o direito originário às suas terras, o direito a viver de acordo com seus próprios modos de vida e formas de organização social e, ainda, o direito de acesso à justiça.

“Isso simboliza que aos poucos o Supremo está se abrindo à matéria indígena e entendendo a importância da participação dos povos indígenas no acesso ao poder Judiciário”, analisa a advogada.

## Repercussão geral e marco temporal

As lideranças convidadas para a posse também aproveitam o momento para marcar a posição dos povos indígenas contra a tese ruralista do chamado “marco temporal”, e pedir ao STF que conclua o julgamento sobre o tema.

Com repercussão geral reconhecida pela Corte, o processo que envolve o território do povo Xokleng, em Santa Catarina, servirá de referência para todos os casos envolvendo a demarcação de terras indígenas – e, portanto, terá consequências para todos os povos originários do Brasil.

“O Judiciário, o STF tem um papel fundamental de nos proteger. Nossos territórios estão sendo invadidos, o marco temporal precisa ser rapidamente julgado e anulado. O Supremo precisa pôr um fim ao marco temporal. Por conta de o marco temporal estar tramitando no Supremo, as terras indígenas estão sendo atacadas, e o governo federal tem se aproveitado dessa situação para não defender os territórios indígenas”, aponta David Popygua.

Paralisado desde setembro de 2021, depois de um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes, o processo representa a esperança dos povos indígenas de que o Supremo reafirme seus direitos constitucionais, diga não à tese do marco temporal e afaste, com isso, as ameaças de despejo, violência e desterritorialização que rondam várias comunidades indígenas – assim como a realidade enfrentada hoje por povos em muitas regiões do país de conflitos, fome e vulnerabilidade social.

“Nossos territórios estão completamente ameaçados e a violência contra nosso povo tem aumentado muito”, relata David. “Então, fica aqui o nosso apelo e a nossa oportunidade de estar nessa sessão de posse é muito importante. A ministra já está sinalizando que respeita os povos indígenas com esse convite”.

Os povos indígenas têm reivindicado que o julgamento seja retomado e concluído o quanto antes pelo STF. O processo chegou a ser incluído na pauta do Supremo do primeiro semestre de 2022, mas acabou sendo retirado, e até o momento não teve seu julgamento remarcado.

“Vamos lá, demonstrar que nós indígenas estamos muito preocupados e contamos muito com o Supremo para que protejam nossos direitos, garantam que nossos territórios sejam protegidos e não deixem que esse governo siga avançando sobre nossos territórios com essa política anti-indígena que está em curso”, afirma David Popygua.

“A luta dos povos é para acabar com o marco temporal, que mata e está matando os povos indígenas. Nossa presença é a luta pelo nosso território. Queremos cada vez mais ter acesso, vir a Brasília, no Congresso, nossa voz, nossa luta, e derrubar todas essas leis que atacam e matam os povos indígenas”, diz Neusa Kunhã Takua.

para mostrar que nós, indígenas, estamos vivos, lutando e resistindo a todo esse cenário que foi causado, esse grande desastre desse governo que está nos exterminando e atacando nossos direitos”, avalia o líder Guarani Mbya.

A presença de indígenas na cerimônia de posse de uma presidente do STF é carregada de simbolismo e ineditismo, explica Paloma Gomes, assessora jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Antes da posse de Rosa Weber, a única vez em que indígenas foram convidados para a posse de um presidente da Suprema Corte foi em 2018, quando a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) foi convidada para a cerimônia de empossamento do ministro Dias Toffoli como presidente.

“Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até agora, em 34 anos, esta é a vigésima presidência do STF e apenas a segunda vez em que lideranças ou representantes dos povos indígenas foram convidados a participar da posse de um ministro do Supremo como presidente da Corte. É muito simbólico isso”, avalia a assessora.

Mesmo após a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que dedica um capítulo inteiro “aos índios”, os povos indígenas demoraram até mesmo a serem mencionados nos discursos de posse de presidentes da Suprema Corte.

“A primeira menção a povos e nações em um discurso de posse de presidente do STF ocorreu somente dez anos após a promulgação da Constituição. O termo indígena veio a ocupar os dizeres de um novo presidente empossado somente em 2008, ou seja, vinte anos após a Carta constitucional”, aponta Paloma.

“Isso mostra que, apesar da ideia de um país plural, que possui diversas nações indígenas, diversos povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas, essa diversidade nunca

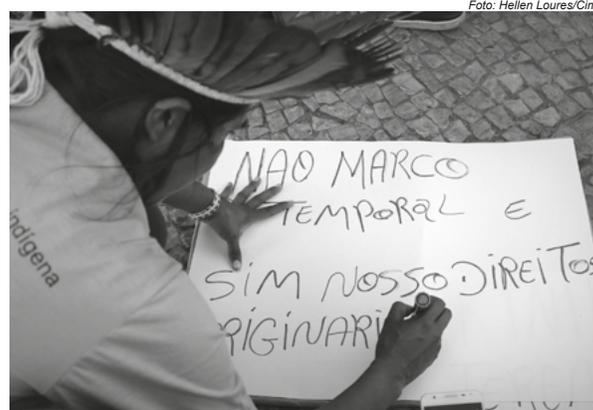


Foto: Hellen Loures/Cimi

Em coletiva no dia 23 de junho de 2022, lideranças indígenas reivindicam que o julgamento seja retomado e concluído o quanto antes pelo STF

# Ameaçado por invasores, povo Karipuna faz apelo por proteção a países e órgãos públicos

Presente em Brasília, delegação da Terra Indígena Karipuna, em Rondônia, pede retirada de grileiros e madeireiros e proteção contra ameaça de genocídio

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

**D**ando continuidade às inúmeras incidências que tem ocorrido em Brasília, entre os dias 19 e 23 de setembro, lideranças indígenas da Terra Indígena (TI) Karipuna, em Rondônia, estiveram em Brasília para fazer um apelo aos órgãos públicos brasileiros e a outros países. Os indígenas pediam proteção ao povo e ao território Karipuna, amplamente invadido por grileiros e madeireiros.

Participam da delegação presente na capital federal treze indígenas. Além das lideranças Karipuna, também participam da mobilização em Brasília indígenas dos povos Piripkura e Uru-Eu-Wau-Wau, que vivem com os Karipuna na aldeia Panorama, no interior da TI.

A extrema gravidade da situação coloca em risco a sobrevivência do próprio povo e motivou a presença de anciões e sobreviventes do contato que, na década de 1970, quase dizimou os Karipuna. Com uma população reduzida, ameaçada e cercada por invasores, o risco de genocídio é, para este povo, uma ameaça concreta e imediata.

Ao Estado brasileiro, os indígenas cobram a desintração e proteção do território e de suas vidas. Além disso, reivindicam também a garantia de seus direitos, em especial o acesso à educação e à saúde, que se encontram em completo abandono. Os indígenas também aproveitaram a presença em Brasília para fazer denúncias e pedir apoio aos órgãos de proteção de direitos humanos, como a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e o Ministério Público Federal (MPF).

Aos outros países, os indígenas fazem um apelo para que não estabeleçam relações comerciais que envolvam produtos oriundos da invasão de seu território, a exemplo da extração de madeira e da criação de gado. Também, que intervenham junto ao Estado

brasileiro para que este proteja a TI Karipuna, cuja situação é agravada pela negligência do governo federal.

“Não estamos gostando do que está acontecendo no território. A Funai, que deveria proteger, não faz seu trabalho. Pelo contrário, está contra nós, com a política deste governo que tem apoiado e incentivado os invasores. E o que será do nosso futuro, do nosso território?” questiona Katika, anciã Karipuna e uma das sobreviventes do desastroso contato que quase dizimou seu povo.

“Estamos cercados por invasores. Eles se sentem donos do nosso território, nós não aceitamos isso. Quando tira os grileiros de um lado, eles vão para o

outro, derrubar nossas castanheiras, destruir nossa floresta, deixando só pasto e boi”, conta Aripã Karipuna, ancião do povo e também sobrevivente do contato.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Greenpeace Brasil e a Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (Apib) acompanham a delegação nas agendas na capital federal.

## Histórico

Quase dizimado por doenças transmitidas durante o contato protagonizado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) na década de 1970, o povo Karipuna é hoje composto por apenas 60 pessoas, que não têm



Desmatamento e queimada de mais de 100 hectares dentro da TI Karipuna na região do Rio Formoso, registrado em 2021, durante monitoramento feito pelo povo Karipuna, Greenpeace Brasil e pelo Cimi



Katika, uma das sobreviventes do contato que quase dizimou o povo Karipuna, na década de 1970



Aripã, também sobrevivente do contato que quase dizimou os Karipuna

Foto: Christian Braga/Greenpeace

Foto: Tiago Miotto/Cimi

Foto: Tiago Miotto/Cimi

liberdade de circular pelo próprio território devido à ampla presença de invasores.

Há pelo menos cinco anos, o povo Karipuna vem denunciando o aumento sistemático e contínuo das invasões e a prática de loteamento em seu território – ou seja, a apropriação e a divisão da terra indígena em lotes, ilegalmente comercializados.

Segundo o Prodes, sistema do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que monitora o desmatamento, a TI Karipuna foi a nona terra indígena mais desmatada entre 2015 e 2021, período em que 4.754 hectares de floresta foram devastados no território.

Apesar de ações pontuais de fiscalização, as invasões seguem avançando e se intensificaram no último ano, com a abertura de ramais e estradas, a construção de pontes clandestinas, a abertura de pastagens e o estabelecimento ilegal de plantios.

Além disso, as ameaças aos indígenas também têm se repetido. Em 2021, uma ponte de acesso à aldeia Panorama chegou a ser destruída pelos invasores, como forma de intimidação contra as lideranças. Em novembro de 2021, invasores chegaram a bloquear a estrada de acesso à TI, inviabilizando o transporte de uma equipe de saúde indígena.

### Isolados

Também há registro da presença de indígenas em isolamento voluntário no interior da TI Karipuna, sem qualquer providência da Funai para confirmar estes registros e garantir a proteção deste grupo isolado – possível sobrevivente do contato realizado há cinco décadas.

Recentemente, os Karipuna avistaram indígenas isolados nas proximidades da aldeia Panorama, onde vive a comunidade. Em agosto de 2021, lideranças já haviam encontrado vestígios dos isolados na região do rio Formoso, no interior da TI.

Há intensa presença de invasores nesta região do território. Na ocasião, os Karipuna enviaram um documento à Funai pedindo providências, mas não obtiveram resposta.

“Não aceitamos os invasores. A destruição do território está acontecendo, e está acontecendo neste momento”, afirma a anciã Katika Karipuna. “A preocupação é maior ainda com os parentes isolados”.

### Ações judiciais

O povo Karipuna têm cobrado incessantemente o Estado brasileiro para que garanta a proteção do seu território. As cobranças têm sido feitas por meio de audiências, reuniões e documentos remetidos diretamente aos órgãos responsáveis, mas também de ações judiciais e denúncias a instâncias e organismos internacionais.

Recentemente, a Justiça Federal de Rondônia determinou que a União, a Funai, o Ibama e o estado de Rondônia implantem um plano continuado de ações de proteção territorial da TI Karipuna. A decisão foi obtida no âmbito de uma Ação Civil Pública movida pelo MPF de Rondônia, e confirma a decisão liminar proferida anteriormente.

Em maio de 2021, os Karipuna também ingressaram com uma ação na Justiça Federal do estado, cobrando a proteção e fiscalização da TI Karipuna, a retirada dos invasores e indenização pelos danos ambientais causados no território pela ação de grileiros e madeireiros.

Além disso, os indígenas também pediram que o estado de Rondônia seja obrigado a cancelar todos os Cadastros Ambientais Rurais (CAR) incidentes sobre a TI Karipuna e a proibir novos registros que se sobreponham à terra indígena.

Uma análise do Greenpeace Brasil e do Cimi identificou, em 2021, pelo menos 31 cadastros particulares sobrepostos total ou parcialmente à TI Karipuna. Eles foram registrados entre 2015 e 2019 e cobrem um total de 2,6 mil dos 153 mil hectares da terra indígena. Pedidos feitos pelo povo Karipuna ainda não foram atendidos pela Justiça Federal e a ação ainda aguarda sentença.



Treze lideranças Karipuna estão em Brasília com reuniões agendadas em pelo menos oito embaixadas

## Cercados por 300 mil bois, lideranças Karipuna pedem socorro a União Europeia

Lideranças cumprem em Brasília (DF) agenda de reuniões junto a embaixadas de vários países

Trecho da matéria do Greenpeace Brasil

Brasília (DF) – “Estou preocupada com o futuro. Estamos cercados por grileiros e desmatadores. O estado brasileiro não cumpre seu dever de proteger nossas terras. Viramos reféns em nosso próprio território”. É dessa maneira que Katiká Karipuna, anciã do povo Karipuna, de Rondônia, resume a situação de seus parentes nos dias atuais. Ela, assim como outros doze integrantes da etnia, está em Brasília (DF) desde o dia 19 de setembro levando seu pedido de socorro a diversas autoridades do Brasil e do exterior.

Na agenda do povo Karipuna, estão compromissos com embaixadas de oito países – como Espanha, França, Alemanha e Suíça – assim como encontros com a embaixada da União Europeia e com o Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (ONU). As lideranças estão entregando aos embaixadores uma carta, intitulada “Pedido de Socorro” e solicitando que a União Europeia não compre produtos oriundos do desmatamento da Amazônia e do desrespeito aos direitos indígenas.

“Estamos pedindo socorro e estamos cansados. Estamos há sete anos fazendo denúncias em diversos órgãos brasileiros, mas o Estado não cumpre seu dever de proteção territorial, de proteger nossas

terras”, queixou-se o cacique do povo, André Karipuna, aos embaixadores. “Por isso pedimos a vocês que cobrem do governo brasileiro providências contra os grileiros, os madeireiros e pescadores que invadiram nosso território. Estamos vivendo quase uma guerra. Recebemos ameaças de morte o tempo inteiro. São essas pessoas aqui que vocês estão vendo que estão sofrendo no território”, disse a liderança.

Para o porta-voz da Campanha Amazônia do Greenpeace, Danicley de Aguiar, o fato desses anciões – que mal falam português e pouco saem de sua aldeia, além de já estarem com a saúde debilitada – virem a Brasília se encontrar com os embaixadores mostra o grau de desespero do povo Karipuna: “A Europa discute hoje uma lei anti-desmatamento que pode ter impactos profundos nas florestas brasileiras. Então precisamos fazer essa conversa, precisamos pedir da União Europeia uma legislação rígida que não abra mão dos direitos indígenas. É dever de todos nós não naturalizar a violência contra esses povos e garantir que ela seja combatida em todos os fóruns e de todas as maneiras possíveis”.

O encontro na embaixada da União Europeia contou com a presença de três embaixadores – da Holanda, Irlanda e Malta – e representantes de outros 16 países como Itália, Dinamarca, França, Bélgica, Polônia e Finlândia.

Assine o  
**PORANTIM**  
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

adm.porantim@cimi.org.br

Whatsapp (61) 9 9628-4565  
 (61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

# Década Internacional das Línguas Indígenas evidencia a riqueza da diversidade linguística brasileira

Museu da Língua Portuguesa faz indicação importante de obras que ampliam o alcance da questão indígena no país; “Povos indígenas: terra, culturas e lutas”, uma obra de Benedito Prezia, faz parte da seleção

Por **Hellen Loures**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

No país que possui mais de 200 línguas faladas, fazer uma seleção dos dez melhores livros que orientam quem busca aprender tanto línguas quanto culturas e cosmologias indígenas – levando em consideração que são muito diversas as visões de mundo desses povos – parece ser uma missão um tanto desafiadora. Mas o Museu da Língua Portuguesa, em comemoração ao início da Década Internacional das Línguas Indígenas – um movimento dos povos indígenas de todo o mundo organizada pela Unesco –, realizou esse importante trabalho, relacionando as publicações que consideraram ser mais importantes para quem pretende adentrar o universo dos povos originários do Brasil e evidenciando a riqueza da diversidade linguística brasileira.

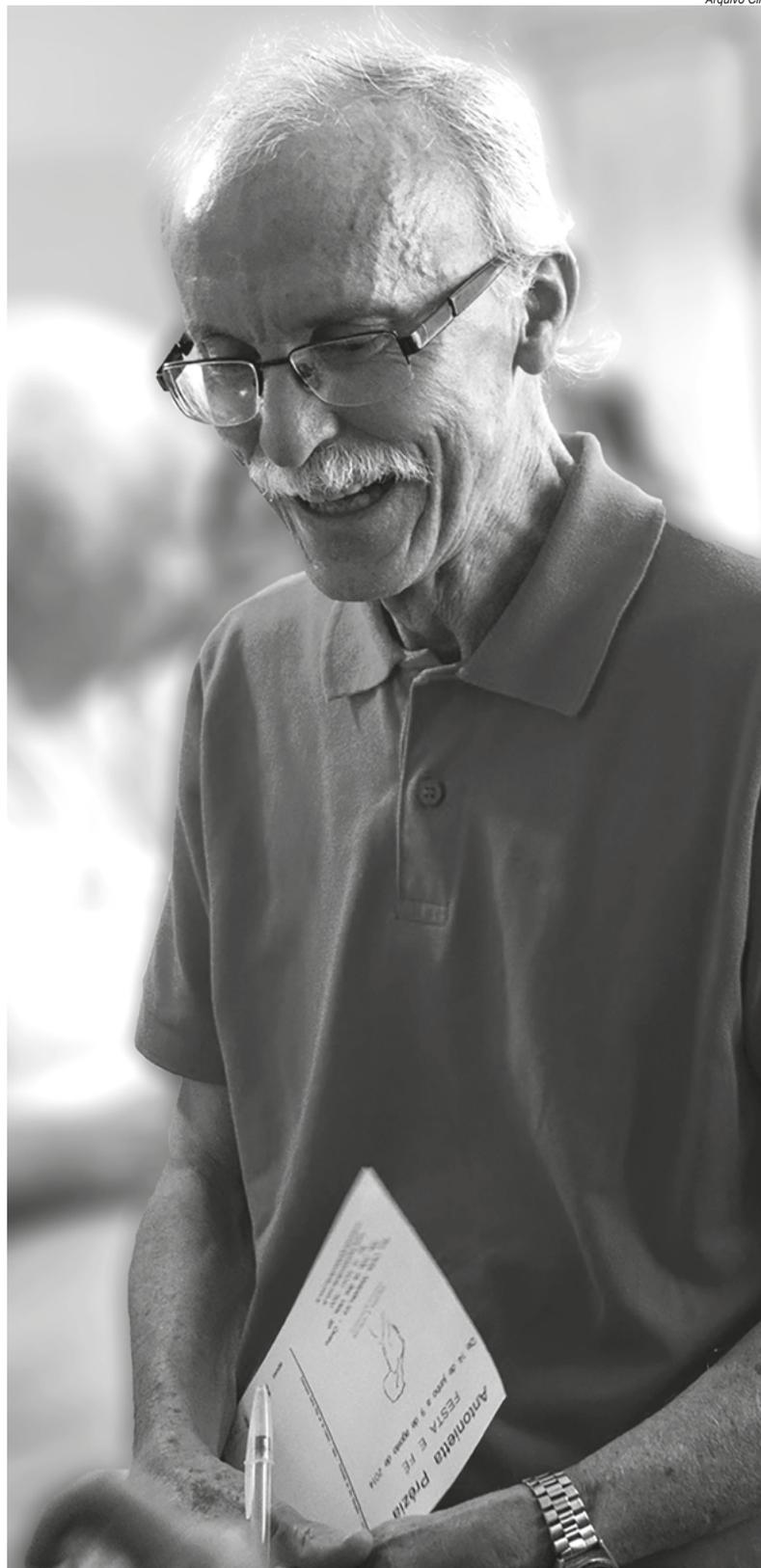
“Povos indígenas: terra, culturas e lutas”, uma obra do historiador e escritor Benedito Prezia, estruturada como um livro didático que apresenta um panorama geral sobre a realidade indígena brasileira, foi uma dessas obras. “Busquei apresentar o olhar diferenciado dos povos indígenas sobre temas importantes como o respeito pela terra, a diversidade cultural, o papel do idoso, da mulher e da criança nas comunidades indígenas, a dimensão do sagrado, a luta pela sobrevivência e os indígenas vivendo em contexto urbano”, diz Prezia sobre sua obra em entrevista ao jornal Porantim.

Já Museu da Língua Portuguesa, ao descrever o livro de Prezia, destacou: “com muitas fotografias de atividades cotidianas de diferentes culturas, o material contribui para a expansão do repertório imagético que o público geral tem sobre esses povos. Além disso, somos apresentados a diversos grupos que vivem em áreas urbanas, desfazendo o mito de que indígenas vivem apenas em meio à floresta. Ao longo de sete capítulos, com boxes e seções de conteúdo extra, são focalizados aspectos importantes da cultura (como o papel da mulher, dos idosos e das crianças), bem como o universo religioso de alguns povos. A ideia é que, ao fim do livro, os leitores se sintam estimulados a conhecer mais sobre esses povos, tornando-se também aliados em suas lutas”.

Além da obra de Prezia, o livro de Aryon Rodrigues, “Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas”, organizado pelo Cimi, também foi eleito como uma das dez melhores obras para conhecer as culturas indígenas. O livro de Aryon, elaborado com textos publicados no jornal Porantim na década de 1980, entrou também para outra lista, a das dez obras de referência do século.

Tal publicação, segundo o Museu da Língua Portuguesa, é essencial nos estudos da área e organiza, de forma sistemática, conhecimentos sobre as línguas indígenas no Brasil e as relações que se descobriu entre elas. “Por seu caráter de divulgação, destina-se ao público geral, não apenas a especialistas, de modo que conversa com qualquer pessoa interessada nos povos indígenas desse país. O autor, no início do livro, já deixa avisado a quem o lê que não há um povo indígena, mas sim muitos povos, diferentes entre si, cada qual com seus próprios costumes, tecnologias, organizações sociais, filosofias e, claro, línguas. É um ótimo começo para adentrar a ampla diversidade linguística – e cultural – do nosso país”, destaca.

O Museu da Língua Portuguesa lembra ainda que o Brasil é o 10º país no ranking de diversidade linguística e que não são todos os países do mundo que possuem tamanha riqueza linguística. Eles enfatizam que “conhecer a riquíssima diversidade linguística e cultural do Brasil contribui tanto para o entendimento de nossa história, como para a promoção do respeito à pluralidade de existências.



Arquivo Cimi

## Benedito Antônio G. Prezia

Formado em filosofia, atua na questão indígena desde 1983, tendo trabalhado no Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em Brasília, de 1983 a 1991. A partir de 1992 passou a ministrar a História da Resistência Indígena no Brasil no Curso de Formação Básica do Cimi. Em 1997, tornou-se mestre em Linguística Geral (USP) com o tema “Os indígenas do planalto paulista, nas crônicas quincentistas e seiscentistas”, publicado pela Editora Humanitas (USP, 2ª. ed. 2010). Em 2008, doutorou-se em Ciências Sociais (PUC-SP) com a tese “Os Tupi de Piratininga, acolhida, resistência e colaboração”. Em 2001, participou da fundação do Programa Pindorama para indígenas na PUC-SP. É autor de vários livros paradidáticos sobre a temática indígena, como “Terra à vista, descobrimento ou invasão” (Moderna, 3ª. ed. e 30a reimpr., 2015); “Marçal Guarani, a voz que não pode ser esquecida” (Expressão Popular, 2ª reimpr., 2009) e “Virando gente grande” (4ª reimpr., 2014). É co-autor dos livros “Esta terra tinha dono” (FTD, 6ª ed. 2000), “Brasil indígena, 500 anos de resistência” (FTD, 2ª. ed. 2004), “Povos Indígenas, terra é vida” (Atual/Saraiva, 7ª ed., 2013) e “A criação do mundo e outras belas histórias”.

A exemplo do levantamento do Museu da Língua Portuguesa, que busca comemorar o início da Década Internacional das Línguas Indígenas, o Porantim traz uma entrevista inédita com um dos autores indicados, Benedito Prezia, como forma de homenagear a riquíssima diversidade linguística e cultural do Brasil.

**Porantim - O que representa a indicação dessas obras, em especial do seu livro?**

**Prezia -** O Museu da Língua Portuguesa é uma grande referência e isso dá mais peso a essa indicação, sobretudo, no contexto do bicentenário da Independência do Brasil. Diante do fato inusitado do Itamarati ter trazido ao Brasil

o coração de Dom Pedro I, essa seleção de 10 obras mais significativas sobre a questão indígena, incluindo nosso livro, sinaliza que o Museu está tendo um olhar mais “para dentro” e não “para fora”, como ocorreu inicialmente ao escolher um conto de José Saramago, autor português, para uma encenação no próprio museu. A pergunta que fazia comigo era: por que não foi escolhido um autor brasileiro, do grupo da Semana de Arte Moderna, como Mário de Andrade, ou algum outro modernista, como Jorge Amado ou Guimarães Rosa?

Fico satisfeito em ver que a primeira obra dessa relação foi o livro do professor Aryon Rodrigues, Línguas brasileiras, para conhecer as línguas indígenas (Loyola, 2002, 4ª.

ed.) obra organizada pelo Cimi, com artigos publicados no Porantim na década de 1980. Espero que essa indicação leve mais pessoas a conhecer esse e outros livros desse elenco, divulgando de forma mais ampla a questão indígena.

**Porantim - Como a sua publicação e a de autores que abordam essa temática tem contribuído para a causa indígena?**

**Prezia** - Penso que é difícil medir esse alcance, mas acredito que pelo fato de alguns de meus livros ainda estarem sendo vendidos, após 30 anos, como é o caso do livro *Terra à vista, descobrimento ou invasão* (Moderna, 2012, 3ª. ed. 7ª. impr.), indica que há um interesse pelo assunto. Com as várias edições, penso que o livro já foi reimpresso cerca 30 vezes. Esse livro tem tido boa aceitação, pois questiona o chamado “descobrimento do Brasil”. Nele reproduzo o relato da carta de Pero Vaz de Caminha, mas a partir do indígena. A pergunta é: como aquele grupo nativo teria recebido os portugueses em 1500? Acredito que hoje há muitos professores e alunos que não chamam mais aquele fato de “descobrimento”.

A partir do final dos anos 90, pelo menos no estado de São Paulo, houve um maior interesse pela temática indígena, não só pela quantidade de títulos abordando esse assunto, mas pela vivência que tive com meus livros junto a professores e alunos. Fui também um dos autores de *Esta Terra Tinha dono*, publicado pelo Cimi em parceria com a editora FTD, em 1989, e que teve muito boa aceitação. Entrou na bibliografia do concurso para professores da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em 1990, tendo sido comprada uma edição de 60 mil exemplares pelo governo do Estado de São Paulo. No ano seguinte, o MEC comprou mais 6 mil exemplares. Em 2000 foi lançada a 6ª edição revista, com uma nova capa. Com um título provocador, a obra chegou a incomodar fazendeiros da região de Dourados (MS), como soube em uma de minhas viagens por lá. Penso que a linha que tenho adotado, questionadora e colocando o indígena como protagonista, ajuda a mudar a visão dos leitores. Um dos meus últimos livros, *História da Resistência Indígena, 500 anos de luta* (Expressão Popular, 2019, 2ª. reimpressão) mostra o interesse pelo tema, pois essa reimpressão corresponde à 3ª edição, estando esgotada. Um dos problemas de se publicar no Brasil é o preço final do livro. A obra *Terra à Vista*, com 63 páginas, está custando R\$ 68,00, preço proibitivo para alunos e professores de escolas públicas. Quando vou dar palestra, levando meus livros, sempre os vendo com o desconto que recebo como autor, ficando com um valor bem mais acessível.

**Porantim - Qual a importância dessa literatura militante na disseminação de outras visões de mundo?**

**Prezia** - Acredito que ajuda bastante o público brasileiro a ter uma visão diferente, não apenas do mundo, mas também dos povos indígenas. Um dos livros que fiz em parceria com um estudante Guarani Nhandeva, de São Paulo – *A criação do Mundo e Outras Belas Histórias Indígenas* (Formato/Saraiva, 2020, 5ª. tiragem) – procura mostrar a riqueza e a beleza da literatura indígena. Deveria se chamar



*Povos indígenas: terra, culturas e lutas”, uma obra de Benedito Prezia*

As Belas Palavras Indígenas, mas a editora achou que não era um título muito vendável. Por isso sugeri esse outro, com apelo maior para professores do ensino fundamental.

A ideia dessa coletânea era apresentar textos sobre a Mãe-terra, a espiritualidade indígena, a partilha e a literatura. Trazia pequenos poemas em língua nativa, como o quéchua e o guarani. Quando foi lançado, pelo fato de a editora estar em processo de venda, a obra não teve a saída esperada. Mas ao ser vendida para um grupo empresarial (Somos Educação), teve uma comercialização maior, embora o preço alto ainda seja um complicador, como indiquei acima.

No meu último livro, *Povos indígenas, terra, culturas e lutas* (Expressão Popular/Outras Expressões, 2020, 2ª. ed.), e que está nessa lista do Museu, busquei apresentar o olhar diferenciado dos povos indígenas sobre temas importantes como o respeito pela terra, a diversidade cultural, o papel do idoso, da mulher e da criança nas comunidades indígenas, a dimensão do sagrado, a luta pela sobrevivência e os indígenas vivendo em contexto urbano.

Infelizmente, essa 2ª edição saiu no início da pandemia, o que dificultou sua divulgação. Agora é que estou sendo convidado para algumas palestras. A vantagem desta editora sobre as demais são os preços acessíveis dos livros, pois é uma editora militante. Mas, na atual conjuntura, não sabemos até quando vai resistir.

**Porantim - Como você enxerga o futuro dessas publicações?**

**Prezia** - Nos governos do PT, o Estado era o grande comprador de livros didáticos e paradidáticos. Assim, bons livros chegavam às escolas com mais facilidade. Mas não adianta somente colocar um bom livro na biblioteca escolar. É preciso que o professor esteja preparado para trabalhá-lo em sala de aula, o que nem sempre ocorre. Por isso um dos meus alvos é a formação dos professores, para que sejam reprodutores dessa nova visão. Mas precisaria haver a volta

da política de compra de livros paradidáticos por parte do MEC e um trabalho junto às televisões para debater esse tema. Felizmente, agora, os indígenas estão tendo mais voz. Há uma grande produção de livros indígenas, sobretudo, na área infantil. É o que vi, recentemente, ao doar meu acervo de literatura indígena para uma biblioteca especializada na PUC-SP.

Hoje, está mais difícil publicar novas obras, pois quase todas editoras estão em crise financeira. Mesmo assim precisamos encontrar parceria e estimular os indígenas a escreverem e a produzirem literatura.

Comecei minha experiência como “escritor” no Cimi, publicando os Subsídios Didáticos (Série A e B), que era um material vendido por ocasião da Semana dos Povos Indígenas. Lançamos 8 fascículos, que eram bem aceitos, pois houve várias reimpressões.

Mais tarde, ao dar um curso para professores da cidade de Osasco, na Grande São Paulo, usei dois textos do fascículo *Somos Assim*, que relatavam o ritual de passagem de alguns povos indígenas.

Vi que aqueles relatos poderiam interessar adolescentes e professores. Resolvi escrever rituais de outros povos, reunindo seis episódios e encaminhei para a editora Moderna, que aceitou a proposta. Assim surgiu um novo livro que se chamou *Virando Gente Grande* (Moderna, 2010). No ano seguinte a obra recebeu da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil o selo de altamente recomendável. Isso mostra que os analistas estão mais sensíveis e atentos a esse tema. O livro já teve duas reimpressões.

A experiência com o livro *Esta Terra Tinha dono* mostrou que as publicações institucionais, como essas do Cimi, atingem um público mais limitado. Via que era preciso ampliar e atingir um público maior. Por isso optei por publicar em editoras comerciais. Já lancei oito títulos. No caso do livro citado acima, teve seis edições, atingindo quase 90 mil exemplares, como comentei, indo a maior parte desses livros para as escolas.

**Porantim - Você acredita na possibilidade de o nosso processo pedagógico criar um olhar diferenciado para essas diversas narrativas existentes?**

**Prezia** - Acredito que sim, mas vai depender da formação dos professores, o que é um tanto difícil. A universidade não aborda esse tema e as formações que existem para professores nas suas escolas são pontuais e dependem das cidades e dos estados. Conheço a realidade da cidade de São Paulo e vejo que é bem deficiente. A questão indígena é uma “questão política” e assim os municípios que têm uma administração mais aberta são os mais sensíveis a essa temática e são os que mais oferecem uma formação. Acho que a questão afro está mais avançada, pelo fato de haver mais professores negros e as culturas afros e o racismo serem mais presentes.

**Porantim - A criação dessas narrativas pelos próprios indígenas está mais consolidada?**

**Prezia** - São temas de certa forma novos. Somente indígenas com vivência de aldeia tradicional é que conseguem abordar esses temas. Lembro-me de um pajé Guarani Mbyá, já falecido, que falava muito pouco. Era uma referência, mas a gente tinha muita dificuldade de abordar esses assuntos ou ouvir dele alguma coisa. Um membro da Pastoral Indígenista recolheu 46 depoimentos de lideranças Guarani Mbyá, produzidas de livros, e os colocou em fichas para trabalhar com jovens. Sugeri que fizesse um livro, pois são temas que levam à muita reflexão. Mas os indígenas com os quais tenho contato, a maior parte, é marcada pela nossa cultura dominante e nem sempre escapa desse nosso modelo cultural. Não tenho experiência com indígenas de aldeias mais tradicionais. Esse meu contato é com os que vivem em contexto urbano e oriundos do Nordeste e sinto que eles enfrentam desafios bem grandes: viver em nossa sociedade sem perder os valores tradicionais. A pressão da sociedade de consumo sobre eles é muito grande. Os indígenas vindos do Nordeste já estão num processo de aculturação muito antigo, tendo perdido a língua original e com forte miscigenação étnica. ♦

## Confira as outras oito publicações indicadas pelo Museu:

- Línguas indígenas: tradição, universais e diversidades, Luciana Storto. Campinas: Mercado de Letras, 2019.
- Índio Não Fala só Tupi: uma viagem pelas línguas dos povos originários no Brasil, Bruna Franchetto e Kristina Balykova (org.). Rio de Janeiro: 7Letras, 2022.
- Método moderno de tupi antigo – A língua do Brasil dos primeiros séculos, Eduardo de Almeida Navarro. São Paulo: Global, 2006.
- Diversidade linguística indígena: estratégias de preservação, salvaguarda e fortalecimento. Iphan, Brasília, 2020.
- Fala de bicho, fala de gente. Cantigas de ninar do povo Juruna. Cristina Martins Fargetti, participação de Marlui Miranda. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.
- Jene Ramýjwena Juru Pytsaret: O que habitava a boca de nossos ancestrais, Lucy Seki. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2010.
- A queda do céu: palavras de um xamã yanomami, Davi Kopenawa e Bruce Albert (trad. Beatriz Perrone-Moisés). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- Nós: uma antologia de literatura indígena, Mauricio Negro (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

# Motocando: de Manaus a Brasília

Por Egon Heck\*

**A** mochila na moto. No tempo em que a estrada Porto Velho a Manaus ainda era precariamente transitável. Já eram 800 km de buracos em meio a restos de asfalto. Para mim se apresentava como um desafio a ser encarado. A oportunidade surgiu quando a Cebemo, entidade holandesa da cooperação internacional, convidou Egidio e eu para fazermos avaliação do trabalho que eles apoiavam através do CAAP (Centro Amazônico de Antropologia Aplicada). Como a Cebemo pagava diária pelo trabalho realizado, conseguimos um bom trocado. Egidio comprou o terreno ao lado de sua casa e eu comprei uma moto Honda XL 125. Só alegria. Fui até o porto do Carreiro para me informar a respeito das condições da viagem. Além da estrada quase uma emenda de buracos no asfalto, havia o problema da não existência de posto de gasolina, no trajeto de 600 km até Humaitá. Mas nada disso era intransponível. Tudo estava sendo minuciosamente planejado. Um belo dia, me mandei para o porto do Carreiro e cheguei tranquilo no outro lado do rio Amazonas. E as casualidades foram se encaixando. Na balsa comecei a conversar com um senhor que ia de carro pequeno até Humaitá. Vendo a minha dificuldade de amarrar um vasilhame com combustível na moto, prontificou-se a levar os cinco litros do combustível. Começamos a viagem no clarear do dia, com a expectativa de na boca da noite estarmos chegando em Humaitá.

O amigo de viagem vendo a minha precária e difícil condição de viagem. Com um pequeno capacete e os olhos já vermelhos, prontificou-se a revezarmos um pouco na condução da moto e do carro. A noite chegou bem mais cedo do que nós. Humaitá ainda estava longe. E se de dia a situação já era extremamente sofrível, imagina no escuro, de buraco em buraco. Finalmente aliviados. Lá longe piscavam umas luzes. Quando lhe expliquei que iria tentar me hospedar na casa do bispo, meu amigo da sofrível aventura se prontificou a me conduzir até a casa episcopal. Bati no portão e sem demora apareceu o bispo. Humildemente lhe expus a minha situação de não conhecer ninguém na cidade e minha precária situação financeira, razão pela qual estavam, como missionário do Cimi, pedindo abrigo para essa noite. Após ouvir com estranheza seme-

lhante situação, disse que me daria hospedagem. Com os olhos ardendo e o corpo ainda balançando da buraqueira, caí num sono profundo. No dia seguinte expliquei detalhadamente ao bispo a razão de minha viagem como secretário mochileiro do Cimi.

De Humaitá a Porto Velho, foi uma viagem maravilhosa. Para quem fez esse trajeto numa estrada que estava prestes a ser desativada só poderia agradecer a Deus e os amigos de estrada e acolhida.

Seguindo depois de um tempo de recuperação, mais 1.500 km até Cuiabá. Lá fiquei um dia pois tive que fazer a revisão dos 1500 km da moto. Segui até Cacoal...

Depois de alguns dias ali, juntamente com pessoal do regional do Cimi e da paróquia de Cacoal, segui para Brasília com um pernoite no Centro de Formação, em Goiânia, onde cheguei altas horas da noite.

Finalmente a chegada em Brasília.



\* **Egon Heck** é ex-padre, formado em Teologia e em Filosofia, com pós-graduação em Ciência Política e Lutou, e ainda luta, bravamente ao lado de comunidades indígenas em todo o país, contrariando toda carga cultural e ideológica de preconceito contra os povos indígenas a que esteve exposto em sua própria família e diante da política de inúmeros (des)governos.

A coluna "Causos e Casos", iniciada na edição de abril de 2021, é um especial dos 50 anos do Conselho Indigenista Missionário, que traz textos assinados por Egon Heck e Egidio Schwade, dois dos fundadores do Cimi e militantes da causa indígena brasileira antes mesmo da criação da entidade.

É a comemoração do cinquentenário por meio do reconhecimento da contribuição do Cimi para o desenvolvimento da causa indigenista a partir de seus missionários e missionárias, aqui representados por Egon Heck e Egidio Schwade. Figuras históricas de luta que contribuem fortemente para a

atuação missionária junto aos povos originários, dando um novo sentido ao trabalho da igreja católica.

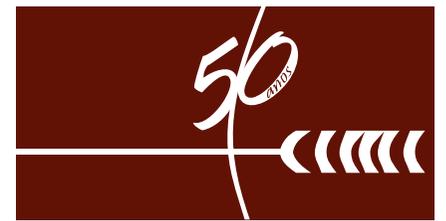
As histórias da "Causos e Casos", escritas especialmente para esta coluna, mostrará que a atuação missionária, além de favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo

as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural; também fomenta espaços políticos e estratégias para o fortalecimento do protagonismo indígena.

Egon Heck e Egidio Schwade relatam causos e casos com propriedade, pois, desde

os primórdios, fizeram parte das linhas de ação do Cimi, sendo impossível separar suas vidas da causa indígena brasileira. Engajados com as comunidades desde a juventude, eles compartilham dos mesmos sentimentos dos povos originários e adotaram a causa como parte integral de suas trajetórias.

## Rumo aos 50 anos



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO